



Carta Educativa do Concelho de Baião



Câmara Municipal de Baião
Junho de 2006

Índice Geral

1. Introdução	1
2. Política Educativa Nacional no Contexto Europeu	3
3. Enquadramento Legal	6
4. Carta Educativa	8
5. Princípios Orientadores e Objectivos Estratégicos	10
6. Território Educativo	13
7. Rede Educativa de Baião – Objectivos Operacionais	16
8. Enquadramento Territorial e Características Físicas do Concelho de Baião	18
9. Caracterização Sócio-Económica	21
9.1. Análise Demográfica	21
9.1.1. Análise com Base na Evolução de Alojamentos Familiares	33
9.1.2. Projecção Demográfica	36
9.2. Actividades Económicas do Concelho	37
9.3. Caracterização da População com Actividade Económica do Concelho	43
9.3.1. Caracterização da Taxa de Actividade/Taxa de Desemprego	45
9.3.2. Caracterização da População Desempregada	47
9.4. Rede Viária e Acessibilidades	49
10. Enquadramento Geral da Educação e Ensino	52
10.1. Rede Educativa	53
10.1.1. Caracterização dos Agrupamentos de Escolas	59
10.1.2. Ensino Público – Sucesso e Abandono Escolar no Concelho	65
10.1.3. Educação Pré-Escolar	67
10.1.4. Ensino Público – Primeiro Ciclo	68
10.1.5. Ensino Público – Segundo Ciclo	71
10.1.6. Ensino Público – Terceiro Ciclo	73
10.1.7. Cursos Gerais do Ensino Secundário, Tecnológicos, Ensino Recorrente e Cursos de Educação e Formação Existentes no Concelho	76
10.1.8. Educação Extra-Escolar	80
10.2. Sistematização da Estimativa de Alunos no Primeiro, Segundo, Terceiro Ciclos de Escolaridade e Secundário por Agrupamento	89
10.3. Caracterização dos Espaços Escolares	96
11. Transportes Escolares	100
12. Diagnóstico Estratégico	104
13. Proposta de Reordenamento da Rede Educativa	106
13.1. Medidas de Intervenção	107
13.1.1. Rede Educativa da Educação Pré-Escolar	107

13.1.2. Rede Educativa do Primeiro Ciclo do Ensino Básico	108
13.1.3. Rede Educativa do Segundo e Terceiro Ciclos e Secundário	111
13.1.4. Medidas de Afectação dos Estabelecimentos a Encerrar	111
13.2. Programa de Execução	112
13.3. Programação Financeira	112
14. Monitorização/ Avaliação do Processo	114
15. Referências Bibliográficas	116
Anexo A Caracterização do Parque Escolar	118
Anexo B Legislação Complementar	175

Índice de Figuras

Figura 1	Mapa do Enquadramento Territorial do Concelho	18
----------	---	----

Índice de Mapas

Mapa I	Aglomerados Urbanos	23
Mapa II	Rede Viária	50
Mapa III	Rede Educativa	54
Mapa IV	Agrupamento de Eiriz	56
Mapa V	Agrupamento de Sudeste	57
Mapa VI	Agrupamento de Vale de Ovil	58
Mapa VII	Fluxo de Alunos do Segundo e Terceiro Ciclos	75
Mapa VIII	Fluxo de Alunos do Secundário	79
Mapa IX	Rede de Transportes	101

Índice de Gráficos

Gráfico 1	Evolução da População Residente por Sexo	21
Gráfico 2	Varição Relativa da População Residente por Freguesia do Concelho, entre 1991 e 2001	22
Gráfico 3	Distribuição Espacial da População	24
Gráfico 4	Evolução da População Residente no Concelho por Grupos Etários	24
Gráfico 5	Análise Demográfica por Freguesia	25

Gráfico 6	Evolução da Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade	27
Gráfico 7	Taxa de Nupcialidade	27
Gráfico 8	Taxa de Fecundidade	27
Gráfico 9	Evolução do Saldo Fisiológico	28
Gráfico 10	Taxa de Envelhecimento	29
Gráfico 11	Índice de Dependências	30
Gráfico 12	Evolução de Famílias Clássicas Residentes	31
Gráfico 13	Evolução de Alojamento Familiares	34
Gráfico 14	Projecção da População Residente do Concelho de Baião	36
Gráfico 15	Evolução da População Activa por Sector de Actividade	38
Gráfico 16	Sociedades Sediadas por Sector de Actividade, em 2001	39
Gráfico 17	Evolução do Número de Empresas com Sede em Baião, segundo a CAE-Rev2	39
Gráfico 18	Actividades Económicas em Baião, segundo a CAE-Rev2	40
Gráfico 19	Evolução das Empresas da Indústria Transformadora	40
Gráfico 20	Evolução do Pessoal ao Serviço nas Sociedades	41
Gráfico 21	Empresas da Indústria transformadora com Sede em Baião, segundo a CAE-Rev2, em 2006	41
Gráfico 22	Proporção de emprego por empresas, em 2003 e 2004	42
Gráfico 23	Distribuição da população sem Actividade Económica por Sexo e Faixa Etária em 2004	43
Gráfico 24	Relação entre a População Activa e sem Actividade Económica por Sexo e Faixa Etária, em 2004	44
Gráfico 25	Evolução da Taxa de Desemprego	46
Gráfico 26	Distribuição da População Desempregada por Sexo	47
Gráfico 27	Distribuição da População Total Desempregada de acordo com o Nível de Escolaridade e o Sexo	47
Gráfico 28	Evolução da População Escolar no Concelho por Agrupamento	64
Gráfico 29	Sucesso Escolar por Ciclo de Ensino no Ano Lectivo 2000/2001	65
Gráfico 30	Abandono Escolar no Concelho por Alunos Matriculados em cada Ciclo de Ensino no Ano Lectivo 2000/2001	65
Gráfico 31	Sucesso Escolar por Ciclo de Ensino no Ano Lectivo 2004/2005	65
Gráfico 32	Abandono Escolar no Concelho por Alunos Matriculados em cada Ciclo de Ensino no Ano Lectivo 2004/2005	65
Gráfico 33	Evolução da População Pré-Escolar por Instituições entre 2000e 2006	67
Gráfico 34	Evolução da População no Primeiro Ciclo, entre 2000 e 2006	68
Gráfico 35	Distribuição dos Alunos do Primeiro Ciclo por Agrupamento, entre 2000/2001 e 2005/2006	69
Gráfico 36	Redução da População Escolar no Primeiro Ciclo por Agrupamento, entre 2000 e 2006	70
Gráfico 37	Evolução da População Escolar no Segundo Ciclo, em 2001 e 2006	71
Gráfico 38	Distribuição dos Alunos do Segundo Ciclo por Agrupamento, em 2001/2002 e 2005/2006	71
Gráfico 39	Evolução da População Escolar no Terceiro Ciclo, entre 2001 e 2006	73
Gráfico 40	Distribuição dos Alunos do Terceiro Ciclo por Agrupamento, entre 2001/2002 e 2005/2006	73
Gráfico 41	Evolução do Número de Alunos Matriculados nos Cursos Gerais do Ensino Secundário Diurno, entre 2001 e 2006	76

Gráfico 42	Evolução da População Escolar no Ensino Recorrente	78
Gráfico 43	Evolução do Número de Formandos por Entidade Formadora	80
Gráfico 44	Distribuição Percentual de Formandos por Entidade Formadora	81
Gráfico 45	Evolução do Número de Formandos da Associação Empresarial de Baião, entre 2003 e 2005	82
Gráfico 46	Áreas de Formação da Associação Empresarial de Baião, entre 2003 e 2005	82
Gráfico 47	Evolução do Número de Formandos da Santa Casa da Misericórdia de Baião, entre 2001 e 2006	83
Gráfico 48	Áreas de Formação da Santa Casa da Misericórdia de Baião, entre 2001 e 2006	83
Gráfico 49	Evolução do Número de Formandos da Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz do Douro, entre 2001 e 2004	84
Gráfico 50	Áreas de Formação da Associação Cultural e Recreativa de Santa Cruz do Douro, entre 2001 e 2004	84
Gráfico 51	Evolução do Número de Formandos do Centro Social de Santa Cruz do Douro, entre 2004 e 2006	85
Gráfico 52	Áreas de Formação do Centro Social de Santa Cruz do Douro, entre 2004 e 2006	85
Gráfico 53	Evolução do Número de Formandos do Centro de Formação Profissional de Vila Real, entre 2001 e 2005	86
Gráfico 54	Áreas de Formação do Centro de Formação Profissional de Vila Real, entre 2001 e 2005	86
Gráfico 55	Evolução do Número de Formandos da Câmara Municipal de Baião, entre 2001 e 2005	87
Gráfico 56	Áreas de Formação da Câmara Municipal de Baião, entre 2001 e 2005	87
Gráfico 57	Evolução do Número de Formandos da Associação Comercial de Amarante, entre 2004 e 2006	88
Gráfico 58	Áreas de Formação da Associação Comercial de Amarante, entre 2004 e 2006	88
Gráfico 59	Distribuição dos Alunos por Ciclo de Escolaridade no Agrupamento de Eiriz, no Presente Ano Lectivo e em 2010/2011	89
Gráfico 60	Distribuição dos Alunos Por Ciclo de Escolaridade no Agrupamento de Sudeste, no Presente Ano Lectivo e em 2010/2011	89
Gráfico 61	Distribuição dos Alunos Por Ciclo de Escolaridade no Agrupamento de Vale de Ovil, no Presente Ano Lectivo e em 2010/2011	90
Gráfico 62	Projecção da População Escolar no Agrupamento de Eiriz	92
Gráfico 63	Projecção da População Escolar no Agrupamento de Sudeste	93
Gráfico 64	Projecção da População Escolar no Agrupamento de Vale de Ovil	94
Gráfico 65	Projecção da População Escolar para os Três Agrupamentos de Escolas	95
Gráfico 66	Distribuição da População Escolar Transportada pela Empresa Soares Oliveira, por Agrupamento de Escolas	102

Índice de Quadros

Quadro 1	Evolução da População Residente por Freguesia do Concelho, entre 1991 e 2001	21
Quadro 2	Evolução da População Residente por Grupos Etários, por Freguesia	26
Quadro 3	Evolução do Saldo Fisiológico	28
Quadro 4	Índice de Dependências	31

Quadro 5	Evolução de Alojamento Familiares	33
Quadro 6	Evolução do Número de Empresas com Sede em Baião, segundo a CAE-Rev2	39
Quadro 7	Valores Absolutos da População Activa e Sem Actividade Económica por Sexo e Faixa Etária, em 2004	44
Quadro 8	Evolução da Taxa de Desemprego	45
Quadro 9	Distribuição da População Desempregada por Sexo	46
Quadro 10	Distribuição da População Total Desempregada de acordo com o Nível de Escolaridade, Sexo e Idade	48
Quadro 11	População Segundo o Nível de Formação, em 1991 e 2001	52
Quadro 12	Estabelecimentos da Rede Pré-escolar Pública e Privada de Eiriz	59
Quadro 13	Estabelecimentos da Rede do Primeiro Ciclo Público de Eiriz	60
Quadro 14	Estabelecimentos da Rede do Primeiro Ciclo Público de Eiriz	60
Quadro 15	Estabelecimentos da Rede do Pré-Escolar Público e Privado de Sudeste	61
Quadro 16	Estabelecimentos da Rede do Primeiro Ciclo de Sudeste	62
Quadro 17	Estabelecimento da Rede do Segundo e Terceiro Ciclos de Sudeste	62
Quadro 18	Estabelecimentos da Rede do Pré-escolar Público e Privado de Vale de Ovil	63
Quadro 19	Estabelecimentos da Rede do Primeiro Ciclo de Vale de Ovil	63
Quadro 20	Estabelecimento da Rede do Segundo e Terceiro Ciclos e Secundário de Vale de Ovil	64
Quadro 21	Taxa de Abandono Escolar, no Ano Lectivo 2004/2005	66
Quadro 22	Taxa de Aprovação Escolar, no Ano Lectivo 2004/2005	66
Quadro 23	Evolução da População Pré-Escolar por Instituição, entre 2000 e 2006	67
Quadro 24	Evolução da População Pré-Escolar por Instituição, entre 2000 e 2006	69
Quadro 25	Número de Alunos Matriculados no Segundo Ciclo em cada Agrupamento	71
Quadro 26	Número de Alunos Matriculados no Terceiro Ciclo em cada Agrupamento	74
Quadro 27	Alunos Matriculados nos Cursos de Educação e Formação	77
Quadro 28	Número de Alunos a Frequentar os Cursos Gerais e Tecnológicos no Concelho	76
Quadro 29	Distribuição dos Alunos por Ciclo de Escolaridade segundo o Agrupamento, no Presente Ano Lectivo, e em 2009/2010	90
Quadro 30	Projecção da População Escolar no Agrupamento de Eiriz	92
Quadro 31	Projecção da População Escolar no Agrupamento de Sudeste	93
Quadro 32	Projecção da População Escolar no Agrupamento de Vale de Ovil	94
Quadro 33	Evolução da População Escolar nos Três Agrupamentos de Escolas	95
Quadro 34	Caracterização dos Espaços Escolares do Primeiro Ciclo	96
Quadro 35	Caracterização dos Espaços Escolares do Pré-Escolar	97
Quadro 36	Caracterização dos Espaços Escolares das Sedes de Agrupamento	97
Quadro 37	Circuitos de Transporte da Empresa Transportadora Soares Oliveira	102
Quadro 38	Circuitos de Transporte da Câmara Municipal de Baião	103
Quadro 39	Projecção da Procura no Ensino Básico por Freguesia	108

1. Introdução

O planeamento educacional explica a Educação como área essencial ao desenvolvimento, e a política educativa como factor inseparável das políticas social e económica. Por conseguinte, atribui-se ao planeamento educacional a competência de avaliar estratégias sectoriais alternativas e avançar com propostas de ordenamento de recursos com vista à prossecução dos objectivos educacionais definidos em determinado momento.

As necessidades actuais ao nível do progresso civilizacional europeu e nacional implicam a adequação da Educação e dos recursos que lhe são afectos, tendo por base políticas educativas fundamentadas que possibilitem o desenvolvimento de uma *praxis* objectiva, em função da realidade sócio-económica da dimensão espacial estruturante.

Seguindo as actualizações emanadas da política nacional para a Educação, através do Ministério da Educação, e tendo em consideração as expectativas da comunidade local face ao progresso, a Câmara Municipal de Baião elegeu a Educação como uma das suas prioridades. Desde então tem empreendido um conjunto de medidas efectivas que se enquadram no processo de reordenamento da rede educativa local. O interesse manifestado pela convocatória assídua do Conselho Municipal de Educação, onde foi negociada, entre outras medidas, a decisão de avançar com a elaboração da Carta Educativa de Baião, constitui disso exemplo.

Prefigurando-se como um instrumento de planeamento e de gestão, essencial para a sustentação de medidas eficazes de reordenamento escolar, a Carta Educativa de Baião procura diagnosticar a realidade educativa local de forma objectiva, tendo por base de investigação a metodologia criteriosamente estabelecida a nível central, a que se junta um leque de prioridades estratégicas estabelecido pela autarquia baionense, e discutido nos órgãos competentes, como o Conselho Municipal de Educação, e que se apresenta adiante.

Por conseguinte, o documento que se oferece encontra-se estruturado segundo os seguintes eixos de reflexão:

1. enquadramento político e legal;
2. definição de princípios orientadores;
3. caracterização sócio-económica do concelho;
4. caracterização do sistema educativo do concelho;
5. diagnóstico da situação educativa do município;
6. propostas de reordenamento da rede educativa;
7. implementação, monitorização e avaliação do processo.

É conveniente lembrar a natureza dinâmica deste documento, o qual se insere numa perspectiva processual de construção e de redefinição assídua de acções, cuja finalidade é a consolidação da identidade local, pela participação da comunidade, segundo a premissa de que *a Educação é uma questão de sociedade, envolvendo todos os parceiros, sem prejuízo da responsabilidade inequívoca do Estado, descentralizando competências na construção de respostas adequadas à diversidade de situações, valorizando a inovação ao nível local e a ligação da educação e formação aos seus territórios geográficos e sociais.*¹

¹ Portugal. Ministério da Educação, *Pacto educativo para o futuro*, 1996.

2. Política Educativa Nacional no Contexto Europeu

A busca do saber esteve desde sempre no âmago da aventura europeia. Contribuiu para definir a nossa identidade e os nossos valores e é a força motriz da nossa futura competitividade.

Comissão Europeia,
Um Novo Começo para a Estratégia de Lisboa

Em 2000, o Conselho Europeu, reunido em Lisboa, estabeleceu como paradigma de desenvolvimento o conhecimento. Este deverá constituir-se como o impulso catalisador para a efectivação de uma economia competitiva e dinâmica no espaço global, capaz de gerar, no espaço europeu, a sustentabilidade do crescimento económico, pelo fomento da empregabilidade e da coesão social. Desde então, este pressuposto estratégico tem vindo a ser consolidado pelas ulteriores posições determinadas nos encontros dos parceiros europeus reunidos em Estocolmo, Barcelona e Bruxelas.²

A prossecução de tal desígnio subentende a afirmação de uma estratégia comum ao espaço europeu e mundial e que assenta nas seguintes orientações:

- operar a transição para uma economia e uma sociedade baseadas no conhecimento, através da aplicação de melhores políticas no domínio da Sociedade da Informação, da *Investigação e Desenvolvimento* (I&D), bem como da aceleração do processo de reforma estrutural, para fomentar a competitividade e a inovação, e da conclusão do mercado interno;
- modernizar o modelo social europeu, investindo nas pessoas e combatendo a exclusão social;
- sustentar perspectivas favoráveis de crescimento económico, aplicando uma adequada combinação de políticas macro-económicas.³

² União Europeia. Comissão das Comunidades Europeias, *Comunicação ao Conselho Europeu da Primavera: Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego...*, p.15.

³ União Europeia. Conselho da União Europeia, *Conclusões da presidência do Conselho Europeu de Lisboa*, p.2.

Como se pode comprovar, a política educativa nacional procura adequar-se a um novo contexto civilizacional, propondo um conjunto de princípios organizativos fundamentais que visa orientar para o progresso educativo, e contribuir, conseqüentemente, para a formação de uma sociedade dinâmica e empreendedora, dentro dos objectivos definidos pela *Estratégia de Lisboa*.

Segundo o preceito *educação e formação para a vida e o trabalho na Sociedade do Conhecimento*, o Conselho Europeu postula uma melhor adaptação dos sistemas educativos e de formação europeus às exigências da Sociedade do Conhecimento e do mercado de trabalho, de forma a possibilitar a elevação do nível e qualidade de emprego.

Por conseguinte, cada sistema educativo deverá proporcionar oportunidades de aprendizagem e de formação de acordo com os públicos-alvo em diferentes momentos das suas vidas, incluindo jovens, adultos desempregados, e pessoas empregadas que necessitam de actualização. A manutenção desta abordagem implica, entre outras medidas, o desenvolvimento de centros de aprendizagem locais, a promoção de novas competências básicas, e uma maior transparência nas habilitações.

Nesta perspectiva, foi enunciado pelo Conselho Europeu a importância de incrementar medidas que consintam:

- a implantação de sistemas de educação e de formação de qualidade para adultos;
- a avaliação da eficácia inerente aos sistemas educativos, como forma de garantir a utilização racional de recursos;
- a implementação de normativas de controlo de qualidade com o objectivo de tornar eficazes os processos de organização e funcionamento dos sistemas de educação e de formação;
- o empreendimento de parcerias locais que permitam o ajustamento local das políticas educativas e seus objectivos. O envolvimento das autarquias e dos demais elementos sociais interessados no estabelecimento de medidas para a Educação, bem como na monitorização das mesmas, impõe-se como uma necessidade premente, constituindo a única forma de concretizar os objectivos

em função das necessidades reais das comunidades.

Em conformidade, o Sistema Educativo português preconiza:

- o reforço da identidade nacional pela valorização do património cultural de Portugal, face ao espaço europeu e mundial;
- a promoção da educação para os valores e para a consciencialização cívica;
- a conformidade das políticas educativas face às expectativas de cada cidadão;
- a consolidação de uma cultura de avaliação;
- o desenvolvimento da cultura científica;
- o empenho no esbatimento das disparidades de desenvolvimento locais e regionais;
- a valorização da actividade docente;
- o incremento à participação activa dos intervenientes no processo educativo;
- a afirmação da importância da formação e actualização contínuas ao longo da vida;
- a asseveração do processo educativo como um todo sistemático e contínuo.⁴

Temos vindo a observar, com sinais evidentes nas últimas décadas, uma política de desconcentração e de descentralização administrativas que se consubstancia na transferência de atribuições e de competências para as autarquias locais, segundo a lógica estruturante emanada do princípio da subsidiariedade, dentro do qual os municípios constituem o principal núcleo estratégico. A progressiva autonomização dos órgãos locais e o seu envolvimento no estabelecimento de políticas para a Educação é sustentada por um *corpus* legal diverso e abrangente, que se referenciará de seguida.

⁴ Lei n.º 46/86. D.R. I Série, 237 (1986-10-14) 3069-3081.

3. Enquadramento Legal

Como já antevemos, a elaboração da Carta Educativa de Baião deve obedecer a uma metodologia própria, definida com base em normativos legais, os quais lhe conferem o fundamento institucional e jurídico necessários ao reconhecimento público da estratégia de intervenção educativa que adiante iremos traçar. Por conseguinte, enunciam-se os diplomas legais que mais directamente fundamentam a existência e a orgânica do presente documento, sem que tal desiderato implique o esquecimento de todo o conjunto de orientações legais, que regula qualquer intervenção no sistema educativo de um território e que se encontra referenciado no final deste documento.

Como sabemos, a Lei de Bases do Sistema Educativo acrescentou novos princípios gerais e organizativos que têm tido repercussão na forma de (re)pensar a rede educativa. De facto, o progresso humano, ditando novos paradigmas e renovando as necessidades sociais e económicas, impõe que se proceda à transformação da rede educativa, com base em critérios de planeamento actuais.

Consequentemente ao despacho conjunto 28/SERE/SEAM/88⁵, foram definidos e publicados os Critérios de Reordenamento da Rede Educativa⁶, onde se podem encontrar as orientações que subjazem a uma intervenção justificada, de acordo com as estatuições da Lei de Bases do Sistema Educativo.

A publicação da lei n.º 159/99 de 14 de Setembro veio trazer novos desenvolvimentos quanto ao processo de transferência de poderes para as autarquias locais. Esta norma expõe, no capítulo segundo, os domínios de intervenção das autarquias locais, figurando entre eles a Educação. Neste contexto específico, o artigo décimo nono, do capítulo terceiro, é claro na enumeração das novas competências. Deste modo, as autarquias passam a deter a responsabilidade pela conservação e reposição do parque escolar relativo à educação pré-escolar e básica, tendo ainda a habilitação de elaborar a carta educativa e de criar os conselhos locais de educação. Enuncia, referindo-se à rede pública, competências na vertente dos transportes escolares; da gestão dos refeitórios dos estabelecimentos da rede pré-escolar e do ensino básico; do provimento de alojamentos escolares aos alunos do ensino básico, nos casos de insuficiência de transportes; da efectivação da acção social escolar; do

⁵ Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88. D.R. II Série. (1988-06-30).

⁶ Beatriz Oliveira; Carmo Coragem, *Critérios de reordenamento da rede educativa*, 2000.

desenvolvimento de actividades educacionais complementares; da participação na disseminação da educação extra-escolar; e da gerência do pessoal não docente afecto à rede do pré-escolar e do ensino básico.⁷

Como complemento ao regulamento legal citado anteriormente, promulgou-se o decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, que estabelece em rigor as bases de funcionamento dos conselhos municipais de educação, e regulamenta os princípios teóricos e práticos relativos à elaboração e aprovação das cartas educativas. Neste contexto, a normativa permite criar relações de co-responsabilidade entre os agentes sociais locais e o sistema educativo na aferição dos seus resultados e na sua avaliação.

A aproximação à realidade educativa local materializa-se pela transferência efectiva de competências, na área da Educação e do ensino não superior, para o Conselho Municipal de Educação, o qual deve intervir activamente junto da comunidade educativa que representa. A sua acção, enquanto órgão de coordenação e de consulta da política educativa concelhia, deve facilitar a intercessão combinada dos agentes educativos e dos parceiros sociais, e promover a fiscalização relativa ao funcionamento do sistema educativo local, propondo medidas pertinentes que visem alcançar referenciais de eficácia e de eficiência superiores, proporcionando, assim, o ajustamento e a progressão constantes do referido sistema.⁸

⁷ Lei n.º 159/99. D.R. I Série, 215 (1999-09-14) 6301-6307.

⁸ Lei n.º 7/2003. D.R. I Série, 12 (2003-01-15) 130-136.

4. Carta Educativa

Com a consolidação da escola como elemento de influência na dinâmica social, contribuindo para a formação da cidadania, impõe-se uma visão globalizante que facilite a ancoragem da escola no seio comunitário, segundo um quadro de participação activa dos diversos agentes locais interessados em intervir no contexto educativo.

O decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro veio ajustar o conceito de carta escolar, documento que passava por ser apenas um levantamento dos equipamentos escolares existentes e propunha intervenções pontuais, sendo que, frequentemente, apenas oferecia uma visão parcial da oferta educativa, facto que o transformava não raras vezes em produto de planeamento acabado.

A carta educativa, preconizada como *instrumento e prática de planeamento*, de natureza dinâmica, visa a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura em determinado território, e constitui, por isso, um processo contínuo de reflexão e ajustamento de políticas e de intervenções, em função do desenvolvimento social.⁹

Fundamental para o ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino, a carta educativa constitui um documento de suma importância no dado momento de repensar o desenvolvimento e o ordenamento do território, uma vez que deve enquadrar propostas que possibilitem a articulação dos territórios educativos com as unidades operativas de planeamento e gestão, dentro de um contexto temporal amplificado, devendo, pela sua natureza, tornar-se parte do *Plano Director Municipal* (PDM).

Como documento de apoio à tomada de decisões, a carta educativa corporiza a vontade manifesta de envolver a comunidade local no processo educativo, procurando estabelecer prioridades de intervenção para a adequação da rede de estabelecimentos educativos da educação pré-escolar, básica, e secundária, operando ao racionamento e ao redimensionamento dos recursos físicos e das oportunidades educativas, com vista à observância das grandes metas estabelecidas

⁹ A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município. (v. Decreto n.º 7. D.R. I Série. 12 (2003-01-15) 130-136.).

para o espaço europeu e nacional.

Outro objectivo importante relaciona-se com a necessidade de assegurar a todo o momento a racionalização e a complementaridade das ofertas, com o desenvolvimento qualitativo das mesmas, na óptica da descentralização administrativa e de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos. A carta educativa deve ainda apresentar soluções que promovam o desenvolvimento do processo de agrupamentos de escolas, no intuito de criar condições favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas.

Complementarmente, todo o conjunto de conclusões por ela apresentado deve, prospectivamente, garantir a coerência intrínseca entre a rede educativa e a política urbanística concelhia. Por conseguinte, a carta educativa, entendida como produto de (re)configuração da rede educativa, destinado a ser permanentemente avaliado, deve proporcionar:

orientação no sentido de adequar a tomada de decisões face às necessidades de ordenamento da rede escolar determinadas pelo desenrolar da política educativa e pela procura de educação.¹⁰

¹⁰ Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, *Manual para a elaboração da carta educativa*, pág.7.

5. Princípios Orientadores e Objectivos Estratégicos

A formulação de uma política de ordenamento da rede educativa deve ser coerente com as características do território educativo a ser intervencionado. E, por conseguinte, é fundamental que se estruture de acordo com os seguintes princípios gerais:¹¹

1. a definição e o desenvolvimento da rede educativa devem ser o produto de uma negociação social abrangente, tendo em conta os diversos parceiros sociais dos diversos sectores económicos, administrativos, educacionais, e culturais;
2. a construção de um percurso de aprendizagem e de desenvolvimento educativo constitui um processo sequencial, integrado e complementar, que exige o funcionamento articulado do sistema de ensino, dentro de um contexto de abertura e participação em relação ao meio social envolvente;
3. a rede educativa nacional engloba a totalidade das sub-redes locais de equipamentos de educação e de apoio à mesma, os quais, de acordo com a sua natureza, contribuem para a realização das expectativas locais.

Desta forma, a intervenção de reajustamento da rede educativa municipal deve contribuir para a prossecução dos seguintes objectivos:¹²

- a. garantir o direito de acesso a todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- b. superar as situações de isolamento e de quebra de inserção sócio-educativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;
- c. garantir uma adequada complementaridade de ofertas educativas;

¹¹ Beatriz Oliveira; Carmo Coragem, op. cit., pág. 8.

¹² Decreto-Lei n.º 7. D.R. I Série. 12 (2003-01-15) 130-136.

- d. garantir a qualidade funcional, arquitectónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- e. desenvolver formas de organização e de gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes, especialmente através da conclusão do processo de agrupamento de escolas e de autonomia da sua gestão;
- f. adequar a oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao reforço e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma área.

A actualização de critérios inerentes ao planeamento da rede educativa surgiu a propósito da reforma curricular relativa ao ensino secundário, introduzida pelo decreto-lei n.º 74/2004 de 26 de Março¹³. E, ainda, no contexto das orientações expressas a propósito da *Iniciativa Novas Oportunidades* que coloca a tónica na qualificação geral da população, como sustentáculo para o progresso económico do país, são enunciados objectivos importantes que visam qualificar o país face à escolarização e ao trabalho, entre os quais:

- empreender a escolarização geral da população ao nível do ensino secundário;
- motivar a elevação da formação de base dos activos, para que possam completar e progredir nos estudos.¹⁴

A intervenção autárquica, em conjugação com o programa do governo para a Educação, o qual estabelece novos propósitos para a educação pré-escolar, básica, e secundária, pretende igualmente:

1. estender a todas as crianças em idade adequada a educação pré-escolar e consolidar a universalidade do ensino básico;
2. proporcionar às crianças actividades de animação e de apoio à família, permitindo o funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e básica até às 17H30, cumprindo o mínimo diário de oito horas;

¹³ Decreto-Lei n.º 74. D.R. I Série. 73 (2004-03-26) 1931-1942.

¹⁴ Portugal. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, *Iniciativa novas oportunidades*, 2005.

3. abolir a modalidade de funcionamento em regime de desdobramento de horário, criando condições adequadas aos alunos para usufruírem de refeições;
4. solucionar a problemática das escolas do primeiro ciclo do ensino básico que exercem em áreas desvitalizadas e em situação de isolamento progressivo;
5. projectar escolas dimensionadas em função da racionalidade e adequação de utilização de recursos humanos, materiais e físicos;
6. privilegiar a criação de equipamentos de maior dimensão, que possam abranger diversos níveis de educação, e facultem condições para a satisfação integral dos objectivos curriculares, proporcionando o aperfeiçoamento educativo e social das crianças e jovens;
7. promover a qualidade das aprendizagens e o incentivo das mesmas ao longo da vida;
8. actuar no sentido de contrariar o insucesso e o abandono escolares;
9. preparar a população para as transformações emergentes da Sociedade da Informação e do Conhecimento.¹⁵

¹⁵ Portugal. Ministério da Educação. Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo, *Planeamento da rede educativa: princípios orientadores*, pp. 3-8.

6. Território Educativo

Ainda no âmbito da política de reordenamento da rede educativa, dever-se-á perspectivar qualquer intervenção de acordo com a organização espacial por *Territórios Educativos*¹⁶ (TE), os quais possibilitam uma melhor gestão de recursos e um funcionamento mais adequado às necessidades específicas dos intervenientes no TE. Desta forma, o plano de acção deve ter em consideração que *nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente mas sim integrado em redes de equipamentos concebidas como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.*¹⁷

A organização da rede educativa municipal em TE tem por desiderato a promoção das estruturas conducentes à integração vertical e horizontal dos três ciclos do ensino básico e de jardins-de-infância, de modo a:¹⁸

- contribuir para o sucesso escolar dos alunos, permitindo-lhes um desenvolvimento harmonioso e uma aprendizagem sequencial, programada e acompanhada ao longo dos diferentes níveis de educação e ensino, facilitando a sua socialização e inserção dos diferentes níveis do processo educativo;
- garantir o funcionamento de serviços de apoio sócio-educativo, designadamente, de Educação Especial, Psicologia, Orientação Educativa e de Acção Social Escolar, abrangendo todos os níveis etários;
- prover a racionalização, rentabilidade e melhoria de qualidade dos recursos físicos, como instalações, equipamento e material didáctico, através de um sistema de administração e gestão que conceda a todos os estabelecimentos de educação e ensino apoio pedagógico acrescido e acesso a equipamentos superiores;

¹⁶ *Território Educativo é o espaço geográfico em que seja assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical e horizontal integrado. Deve ser servido em boas condições por um conjunto de instalações de educação pré-escolar e de ensino básico interdependentes e complementares sob o ponto de vista pedagógico e de utilização de recursos físicos. O TE integra uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.* (v. Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, *Manual para a elaboração da carta educativa*, pág.19.)

¹⁷ *Idem*, *ibidem*.

¹⁸ *Idem*, *ibidem*.

- facilitar o contacto e a articulação entre os docentes, educadores de infância e professores dos três ciclos do ensino básico, com vista a uma melhor integração no meio escolar e comunitário;
- empreender uma organização local coordenada e o desenvolvimento sistemático de acções de formação contínua de pessoal docente e não docente, evitando deslocações onerosas em recursos e tempo, e permitindo, assim, um conhecimento mais profundo das várias realidades existentes.

Face ao exposto, a delimitação de TE deve ter em consideração os seguintes critérios:

- o respeito pelo âmbito concelhio, sempre que possível;
- a sua área de influência deve permitir um contacto fácil e regular entre os diferentes estabelecimentos de educação e ensino, tendo em conta as condições geográficas, as acessibilidades da região, e a densidade populacional;
- a existência de uma escola que congregue maiores e mais especializados recursos físicos e humanos e que se denomina Escola Nuclear, onde se centralizam determinadas funções e actividades que não é possível desenvolver em escolas mais pequenas e menos equipadas;
- a escola nuclear funciona, conseqüentemente, como um centro de dinamização e de apoio, tanto sob o ponto de vista pedagógico como das instalações, articulando-se o conjunto de escolas num sistema de trabalho participado e coordenado;
- a escola nuclear é, por isso, uma escola básica 2,3 (EB 2,3), ou uma escola básica integrada (EB 1,2,3), ou uma escola básica integrada com jardim-de-infância (EBI/JI).
- a área de influência de cada TE deve ser definida pelas Direcções Regionais de Educação, com base na metodologia da carta educativa, devendo ser consultada obrigatoriamente a autarquia local e, sempre que possível, as associações de pais.¹⁹

¹⁹ Idem, pág.20.

A constituição de TE deve considerar, portanto, cada tipologia escolar, uma vez que cada uma delas compreende *per se* equipamentos diferenciados com área de influência individualizada. A articulação entre as diferentes dimensões educativas deve significar melhores benefícios, de modo a facultar um apoio pedagógico acrescido e mais e melhores recursos.

Por outro lado, devemos considerar, aqui, o conceito que subjaz à formação de agrupamentos de escolas.²⁰ De facto, a sua constituição entronca na necessidade de conceder maior autonomia na administração e na gestão dos estabelecimentos de ensino.²¹ A sua constituição deve ter em conta os princípios intrínsecos à noção de TE. É importante que o conjunto de escolas que forma o agrupamento pertença ao mesmo TE, dando possibilidade à população escolar abrangida de terminar a escolaridade obrigatória no mesmo estabelecimento de ensino. Por conseguinte, a intervenção ao nível autárquico tem presente que a delimitação e a efectivação dos agrupamentos de escolas contribuem para:

- favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
- superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;
- reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos existentes;
- garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;
- valorizar e enquadrar experiências em curso.

²⁰ Decreto-Lei n.º 115. D.R. I Série. (1998-05-04).

²¹ *O agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum.* (v. Decreto-Lei n.º 115. D.R. I Série. (1998-05-04).

7. Rede Educativa de Baião: Objectivos Operacionais

Partindo de conclusões avançadas por alguns estudos sobre o concelho de Baião, na área da Educação, percebe-se que existem constrangimentos humanos e materiais que contribuem para os baixos índices de escolarização que caracterizam o concelho. Como se sabe, e não é de mais relembrar, *o nível de desenvolvimento económico e social de uma região, ou mesmo de um país, está intimamente ligado ao nível educacional da respectiva população.*²²

Consequentemente, para a materialização do desenvolvimento sustentado do concelho, muito pode contribuir uma acção enérgica e estruturada no âmbito do reordenamento da rede escolar, dentro dos princípios e dos objectivos que temos vindo a apresentar. Desde logo, a Câmara Municipal de Baião, em consonância com os demais órgãos competentes, define como objectivos operacionais:

1. expandir a educação pré-escolar;

(Tendo em linha de conta os objectivos governamentais para a Educação, e dado que no concelho a taxa de cobertura ainda se encontra aquém do desejado, cerca de 65%, procurar-se-á implementar soluções que possibilitem o aumento da oferta ao nível da educação pré-escolar, quer com a construção/adaptação de infra-estruturas, quer com a dotação de um conjunto de condições materiais e humanas que potenciem uma Educação com qualidade, com vista a atingir uma taxa de cobertura média de 90% ao nível da educação pré-escolar.)

2. reordenar a rede escolar do primeiro ciclo do ensino básico;

(Face ao encerramento de algumas escolas por todo o concelho, e sendo de esperar esta tendência nos próximos anos, é urgente intervir no reajustamento da rede escolar inerente a este nível de escolaridade. A Carta Educativa vem contribuir para a definição das opções a tomar, no sentido de melhor gerir os recursos existentes, no intuito de oferecer qualidade de ensino, e aumentar a frequência escolar, combatendo o abandono e o insucesso escolares.)

²² Agência de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Tâmega, *Estudos estratégicos para a Região de Entre Douro e Tâmega*, cap.V, pág.33.

3. definir estratégias de reordenamento que adequem os recursos materiais existentes face à população escolar do segundo e terceiro ciclos de escolaridade;

(Com a diminuição da população escolar nos territórios educativos do concelho, importa empreender medidas que permitam uma distribuição mais apropriada da população escolar do segundo e terceiro ciclos de escolaridade, como forma de potenciar a utilização das infra-estruturas existentes e melhorar a qualidade de ensino.)

4. implementar a Acção Social Escolar no ensino pré-escolar e básico;

(Estando, desde há anos, legalmente atribuído o apoio à população escolar do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico às autarquias, importa criar as soluções que possibilitem a efectivação deste direito, contribuindo para melhorar o percurso escolar dos elementos mais carenciados. Este objectivo é considerado prioritário dado que não se encontra implementada a Acção Social Escolar na educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico no concelho.)

5. reconfigurar a rede de transportes escolares

(Dada a dispersão da rede educativa e a diminuição dos efectivos em idade escolar, é indispensável diagnosticar as potencialidades e as deficiências da actual rede de transportes, de forma a negociar soluções com vista a superar os actuais constrangimentos e a incrementar a qualidade do serviço.)

8. Enquadramento Territorial e Características Físicas do Concelho de Baião

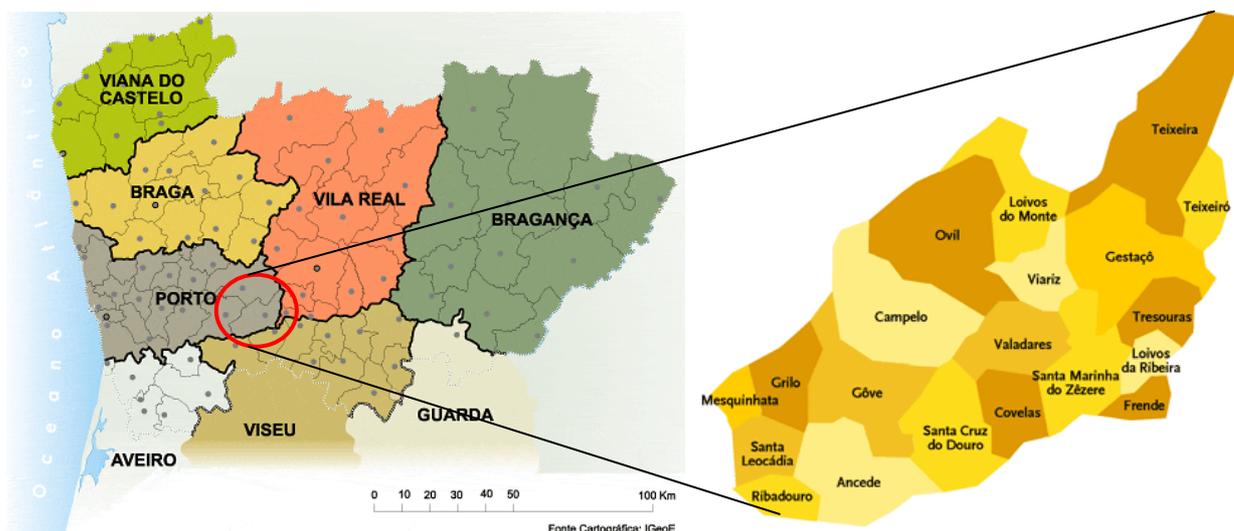


Figura 1 – Mapa do Enquadramento Territorial do Concelho

Fonte: Cartografia IGeoE/ Elaboração Própria

Baião compreende uma área territorial de 176 Km², que se localiza na extremidade nascente do distrito do Porto, e está inserido na região Norte de Portugal, concretamente, na sub-região do Tâmega (NUTS III). Esta posição geográfica em relação à sede distrital, pólo de irradiação de desenvolvimento, pressupõe os inevitáveis efeitos da interioridade, com reflexos visíveis a nível dos índices de desenvolvimento local, como confirma o baixo valor de 126,4 hab/Km², no que se refere à densidade populacional.

O concelho está organizado, administrativamente, em vinte freguesias, estando o Município sediado na freguesia de Campelo. As outras freguesias do concelho são: Ancede, São Tomé de Covelas, Ribadouro, Gestação, Gôve, Grilo, Loivos da Ribeira, Loivos do Monte, Mesquinhata, Ovil, Frende, Santa Cruz do Douro, Santa Leocádia, Santa Marinha do Zêzere, Teixeira, Teixeira, Tresouras, Valadares e Viariz.

Em termos de inserção espacial, o concelho estende a sua raia aos concelhos de Amarante, e Marco de Canaveses, ambos do distrito do Porto, de Mesão Frio, Peso da Régua, e Santa Marta de Penaguião, do distrito de Vila Real, e os de Cinfães e Resende, pertencentes ao distrito de Viseu.

O território concelhio, situado na margem direita do rio Douro, área também denominada de Douro Inferior, confronta no quadrante norte com o sistema orográfico principal da serra do Marão, sendo atravessado longitudinalmente pelos subsistemas montanhosos das serras da Aboboreira e do Castelo. Estas cadeias montanhosas circunscrevem os vales do rio Ovil, do rio Teixeira e da ribeira do Zêzere, afluentes do rio Douro, o qual delimita a zona meridional do Concelho.



De facto, as características geomorfológicas de Baião impõem sucessivos constrangimentos ao aproveitamento do solo, quer a nível da organização urbanística, pelos efeitos da altimetria e da aspereza do relevo, quer em termos de potencial agrícola, uma vez que a presença de maciços xistosos e graníticos constituem fortes entraves ao arroteamento, conduzindo, inevitavelmente, à proliferação da exploração minifundiária. Por conseguinte, a extensão territorial baionense é expressivamente conotada com uma vasta mancha de matriz agro-florestal, cujo potencial económico e turístico importa preservar e fomentar.

O concelho caracteriza-se por uma identidade climatológica própria e para a qual contribui a intercepção dos factores relacionados com a proximidade do sistema orográfico a norte e a contiguidade, a sul, com o rio Douro. Esta idiosincrasia permite a predominância de um clima de características mais moderadas do que seria de

esperar, fazendo com que o regime de chuvas seja intenso, e a amplitude térmica seja inferior ao esperado, isto quando comparado com os concelhos do litoral.

Esta realidade apresenta especial interesse se tivermos em linha de conta as potencialidades que advêm deste facto, nomeadamente para o empreendimento das actividades agro-florestais e turísticas.

Historicamente, o povoamento do concelho remonta ao período pré-histórico, cujos inúmeros vestígios arqueológicos de cultura dolménica comprovam. A sua história prolonga-se pela Idade Média, onde a origem do topónimo indicia a ligação ao nome de D. Arnaldo de Baião, nobre que se estabeleceu na Galiza, cerca do século X, e a quem pertenceu o território de Baião, em Portugal. Já no século XVI, D. Manuel deu-lhe carta de foral. Posteriormente, foram donatários de Baião os Ataídes, que detiveram o senhorio até finais do antigo regime.

9. Caracterização Sócio-Económica

9.1. Análise Demográfica

Perante os dados efectivos do último recenseamento da população, o concelho de Baião regista uma diminuição da população residente, entre o período intercensitário, cujo coeficiente de taxa de variação se situa na ordem das quatro décimas percentuais negativas, que em valores absolutos corresponde a menos 101 indivíduos residentes, passando de 22456 indivíduos para 22355. Esta tendência é contrária aos índices de crescimento demográfico registados a nível nacional 5,0% (NUTS I); região Norte 6,2% (NUTS II); e sub-região do Tâmega 8,3% (NUTS III).

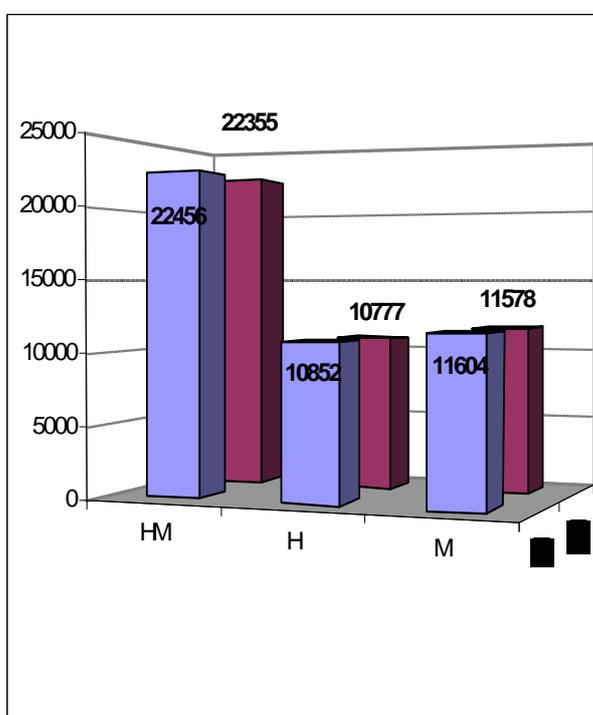


Gráfico 1 – Evolução da População Residente por Sexo

Fonte: INE

Unidade Geográfica	1991	2001	Varição Rel. Total
Baião	22456	22355	-101
Ancede	2443	2618	175
Campelo	2451	2774	323
Covelas	768	724	-44
Frende	927	815	-112
Gestaço	1672	1417	-255
Gôve	1647	2030	383
Grilo	693	680	-13
Loivos da Ribeira	522	562	40
Loivos do Monte	426	395	-31
Mesquinhata	393	408	15
Ovil	996	901	-95
Ribadouro	568	410	-158
Santa Cruz do Douro	1973	1803	-170
Santa Leocádia	615	641	26
Santa Marinha do Zêzere	2624	2852	228
Teixeira	1116	874	-242
Teixeiró	506	444	-62
Tresouras	537	520	-17
Valadares	899	885	-14
Vartz	680	602	-78

Quadro 1 – Evolução da População Residente por

Freguesia do Concelho, entre 1991 e 2001

Fonte: INE

Em relação aos concelhos limítrofes, Baião insere-se no grupo daqueles que registam uma variação negativa da população, entre os quais Peso da Régua (-12,7%); Santa Marta de Penaguião (-11,7%); Mesão Frio (-10,7%); Resende (-9,5%); e Cinfães (-4,5%).²³ De qualquer modo, para o concelho de Baião, dados mais actualizados, referentes a 2004, indiciam uma perda, mais acentuada (-4,0%), significando a perda de cerca de 900 indivíduos, relativamente a 1991.²⁴

²³ Portugal. Instituto Nacional de Estatística, *Censos 2001: resultados definitivos*, pág. 19.

²⁴ Portugal. Instituto Nacional de Estatística, *Anuário estatístico da Região Norte*, pág. 71.

Pelo que se pode constatar do período intercensitário, verifica-se o decréscimo populacional na maioria das freguesias do concelho, estando esta regressão relacionada, quer com a perda total de indivíduos a nível concelhio, quer com o fluxo migratório provocado pela saída de indivíduos em direcção aos principais aglomerados urbanos do concelho.

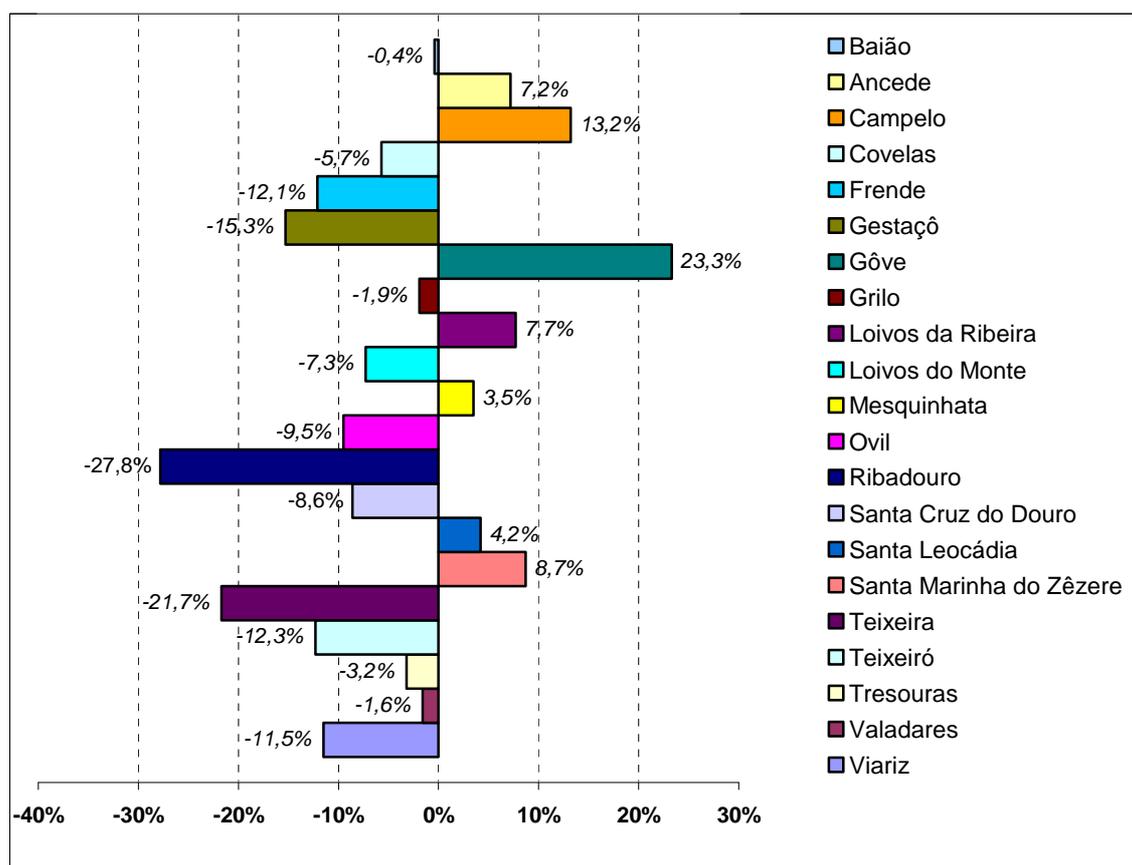


Gráfico 2 – Variação Relativa da População Residente por Freguesia do Concelho, entre 1991 e 2001

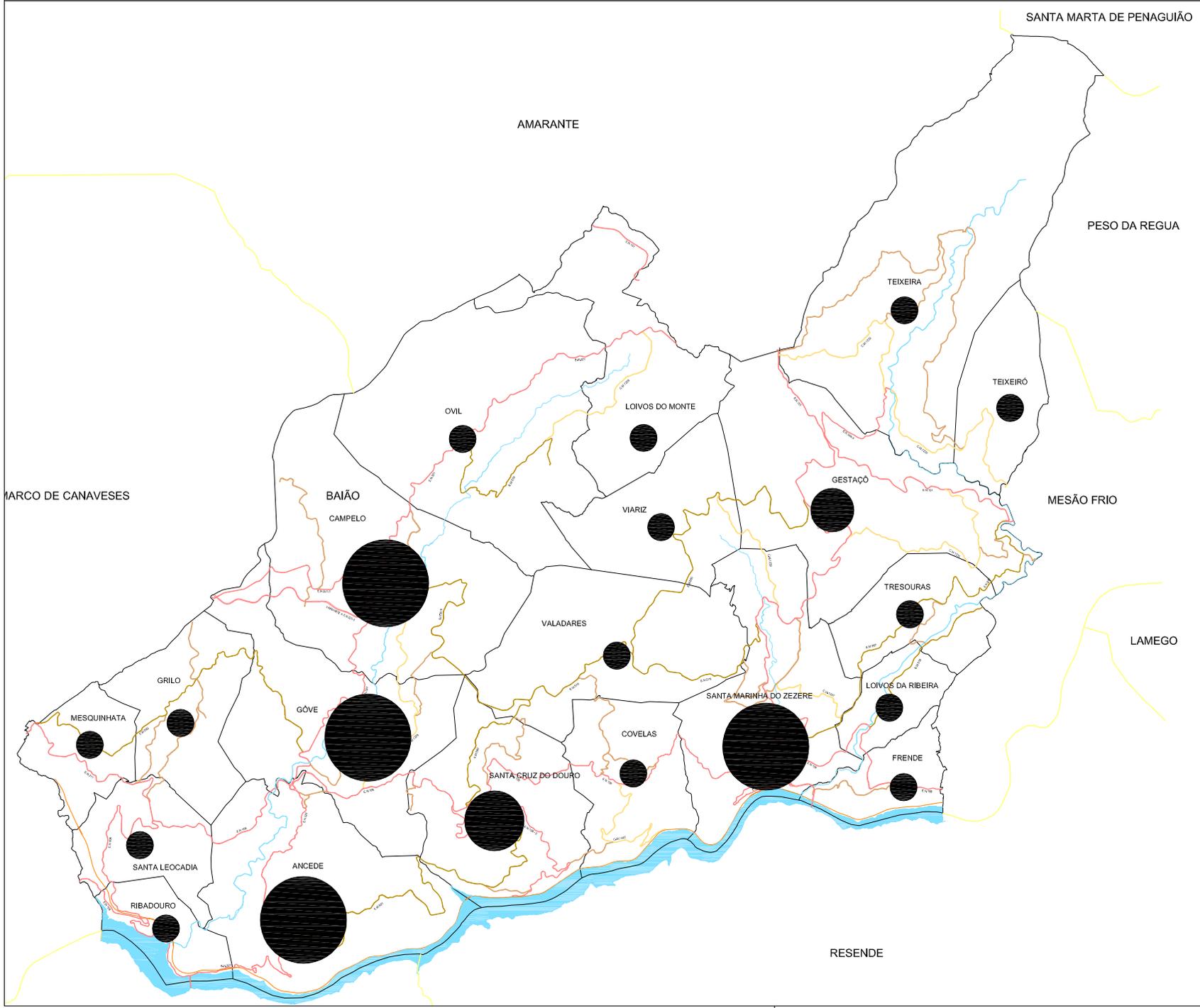
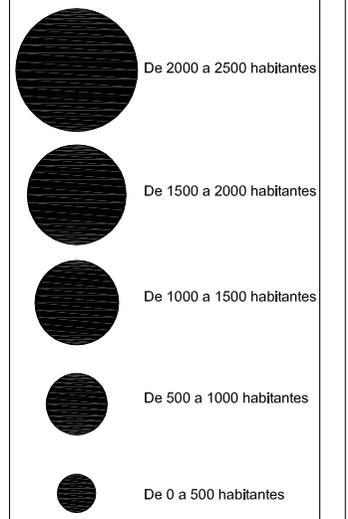
Fonte: INE

De facto, algumas freguesias, como Frende, Gestaçô, Ribadouro, Santa Cruz do Douro, Teixeira, e Viariz, registam perdas acentuadas de tecido populacional, enquanto que outras assinalam ganhos consideráveis, sendo de sublinhar a consolidação de Campelo e de Santa Marinha do Zêzere como os principais aglomerados urbanos do concelho, aos quais se juntam as freguesias de Ancede e Gôve, que formam um conjunto territorial em expansão demográfica. Pela observação do *Mapa I*, pode-se constatar o peso demográfico que detém cada freguesia, no conjunto do concelho.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE BAIÃO - AGLOMERADOS URBANOS - MAPA I



AGLOMERADOS URBANOS



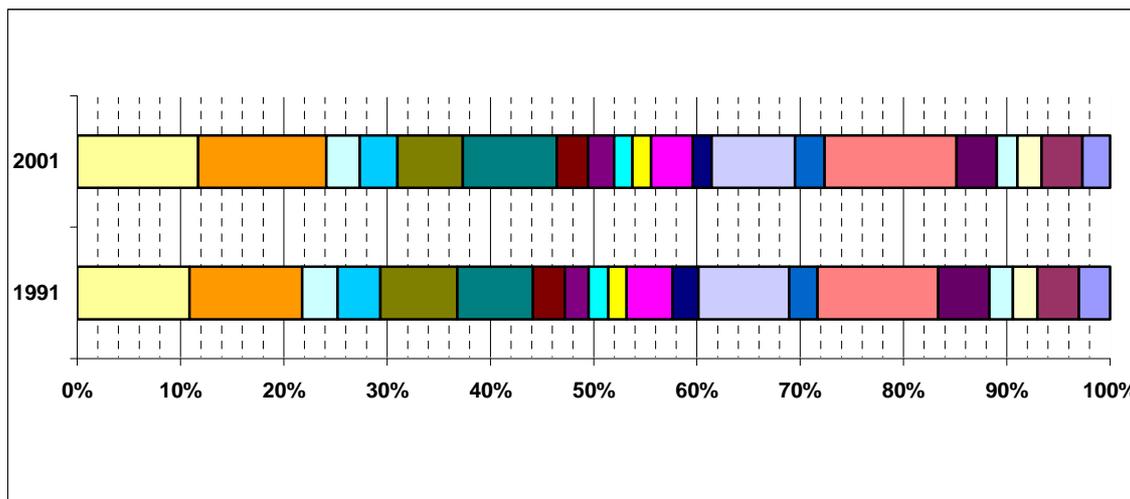


Gráfico 3 – Distribuição Espacial da População
 Fonte: INE

Este núcleo de freguesias compreende cerca de 46% da população total do concelho, constituindo-se assim como principais núcleos de concentração de população. A evolução da população residente, considerando os grupos etários, é caracterizada pelo acréscimo percentual dos grupos etários acima dos 25 anos de idade.

O grupo etário que compreende os indivíduos acima dos 25 anos de idade constitui, efectivamente, o maior aglomerado, havendo que destacar o intervalo de idades compreendido entre os 35 e os 64 anos, que é aquele que maior peso absoluto possui dentro daquele grupo etário. Ao nível dos escalões etários mais jovens, verifica-se um expoente regressivo que se traduz pela variação percentual que tem maior ênfase no grupo etário entre os 0 e os 14 anos. Dentro deste, o ónus coloca-se no espaço etário que engloba os indivíduos com idades entre os 5 e os 14 anos, tal como podemos observar no gráfico abaixo.

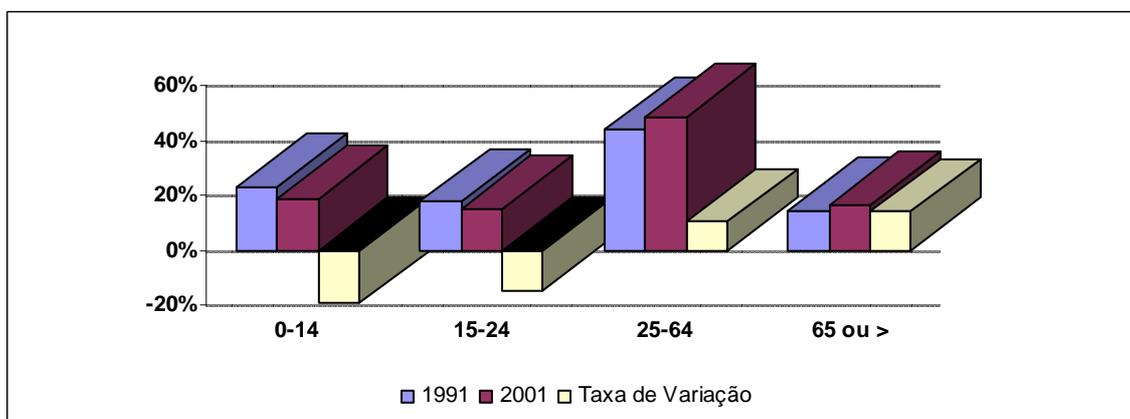


Gráfico 4 – Evolução da População Residente no Concelho por Grupos Etários
 Fonte: INE

Em termos gerais, a realidade do concelho de Baião comunga do panorama nacional de envelhecimento progressivo da população residente, característica demográfica que se estende aos países ocidentais. Efectivamente, Baião é o sexto concelho com maior índice de envelhecimento, entre os restantes que compõem a região do Tâmega. No ano censitário de 2001, registou o índice de 78,6%, tendo evoluído negativamente para o somatório de 96,2%, em 2004.

Uma análise mais atenta à dinâmica demográfica de cada uma das freguesias do concelho (gráfico 5), permite-nos uma visão mais objectiva da estrutura etária de cada unidade territorial. Desta forma, podemos verificar que Teixeiraó, Grilo, Loivos do Monte, Valadares, Viariz, e Mesquinhata apresentam, em termos percentuais, uma dinâmica positiva em relação aos grupos etários mais jovens. Pelo seu peso absoluto, as freguesias de Ancede, Campelo, Gôve, e Santa Marinha surgem com bons índices, sobretudo se atentarmos ao peso que possui o grupo acima dos 65 anos de idade, em cada um dos exemplos referenciados.

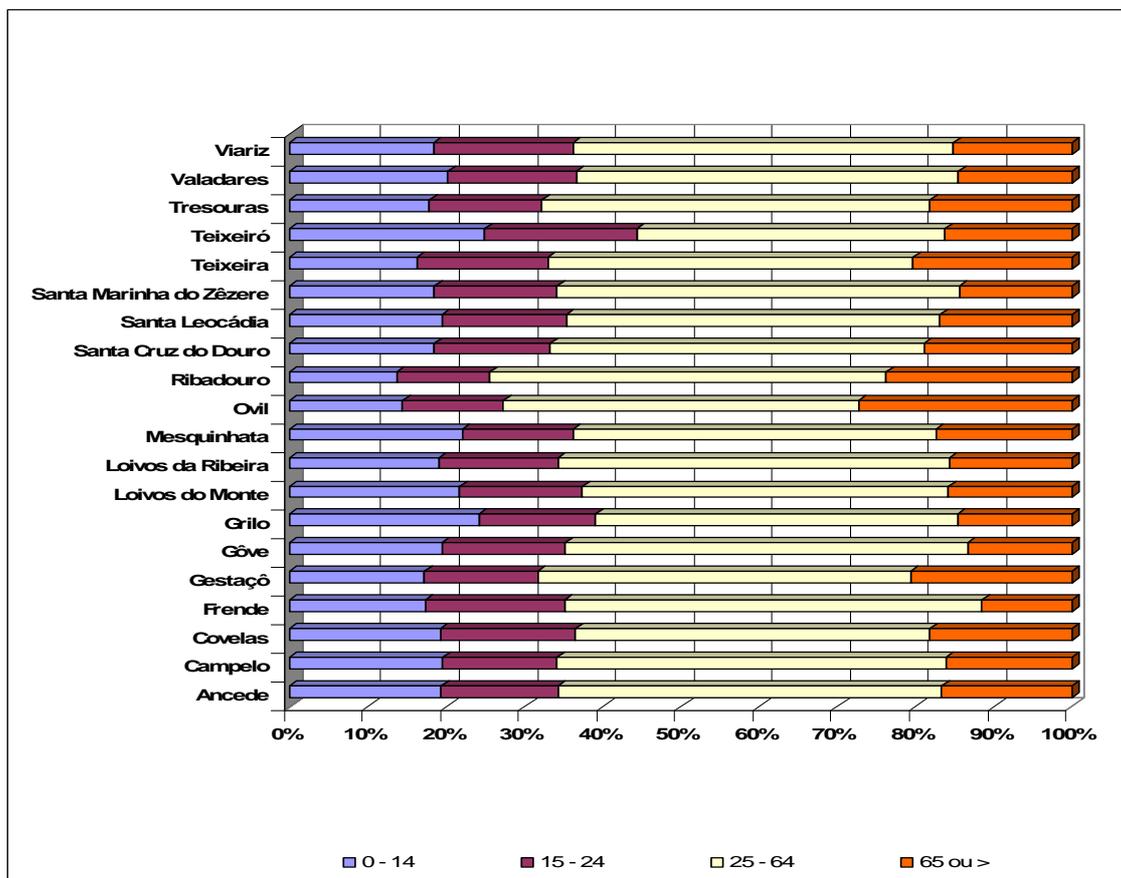


Gráfico 5 – Análise Demográfica por Freguesia

Fonte: INE

Uma aproximação aos valores efectivos (Quadro 2), permite-nos concluir, ainda, que a freguesia de Gôve possui um índice de crescimento superior ao das restantes freguesias, tendo sido a única a registar aumentos significativos em todos os grupos etários considerados. O conjunto formado por Campelo, São Tomé de Covelas, Grilo, e Santa Leocádia caracteriza-se por apresentar uma menor variação relativa no que concerne aos grupos etários mais jovens. Por outro lado, freguesias como Frende, Loivos da Ribeira, Ovil, e Santa Cruz do Douro tendem para o aumento da população idosa residente.

Grupos Etários	0 - 14			15 - 24			25 - 64			65 ou >		
	1991	2001	Var.%	1991	2001	Var.%	1991	2001	Var.%	1991	2001	Var.%
Unidade Territorial												
Ancede	548	508	-7,3%	439	391	-10,9%	1126	1285	14,1%	330	434	31,5%
Campelo	565	544	-3,7%	394	404	2,5%	1130	1380	22,1%	362	446	23,2%
Covelas	174	174	0,0%	137	137	0,0%	335	335	0,0%	122	122	0,0%
Frende	221	71	-67,9%	171	73	-57,3%	417	218	-47,7%	118	47	-60,2%
Gestaçô	367	245	-33,2%	278	204	-26,6%	731	676	-7,5%	296	291	-1,7%
Gôve	377	395	4,8%	293	322	9,9%	769	1043	35,6%	208	270	29,8%
Grilo	213	195	-8,5%	119	101	-15,1%	293	315	7,5%	78	99	26,9%
Loivos do Monte	97	86	-11,3%	83	62	-25,3%	177	185	4,5%	51	62	21,6%
Loivos da Ribeira	124	107	-13,7%	106	86	-18,9%	247	281	13,8%	53	88	66,0%
Mesquinhata	100	90	-10,0%	53	58	9,4%	175	189	8,0%	64	71	10,9%
Ovil	169	130	-23,1%	180	116	-35,6%	358	409	14,2%	141	245	73,8%
Ribadouro	112	56	-50,0%	93	49	-47,3%	253	208	-17,8%	110	97	-11,8%
Santa Cruz do Douro	438	334	-23,7%	366	268	-26,8%	875	861	-1,6%	214	340	58,9%
Santa Leocádia	130	125	-3,8%	128	102	-20,3%	298	306	2,7%	59	108	83,1%
Santa Marinha do Zêzere	655	530	-19,1%	479	446	-6,9%	1141	1468	28,7%	349	408	16,9%
Teixeira	283	142	-49,8%	214	147	-31,3%	470	408	-13,2%	149	177	18,8%
Teixeiró	151	111	-26,5%	104	86	-17,3%	176	175	-0,6%	75	72	-4,0%
Tresouras	119	93	-21,8%	96	75	-21,9%	240	258	7,5%	82	94	14,6%
Valadares	237	179	-24,5%	167	146	-12,6%	395	432	9,4%	91	128	40,7%
Viariz	171	111	-35,1%	127	107	-15,7%	283	293	3,5%	99	91	-8,1%

Quadro 2 – Evolução da População Residente por Grupos Etários, por Freguesia

Fonte: INE

Como se pode concluir da leitura dos indicadores estatísticos, uma das causas que tem contribuído para a progressiva diminuição da população residente a nível do concelho relaciona-se com o abrandamento da capacidade de rejuvenescimento da população local. De facto, a taxa de natalidade²⁵, no período observado, regista uma diminuição de 3,5%, encontrando-se, em 2004, nos 10,7%, ainda acima da média nacional de 10,4%, mas abaixo do valor estimado para a sub-região Tâmega. Já

²⁵ Taxa de natalidade: número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10³) habitantes).

relativamente à taxa de mortalidade²⁶ verifica-se o decréscimo residual de 1,6%, encontrando-se, todavia, o seu valor mais recente acima da média nacional que regista 8,3%.

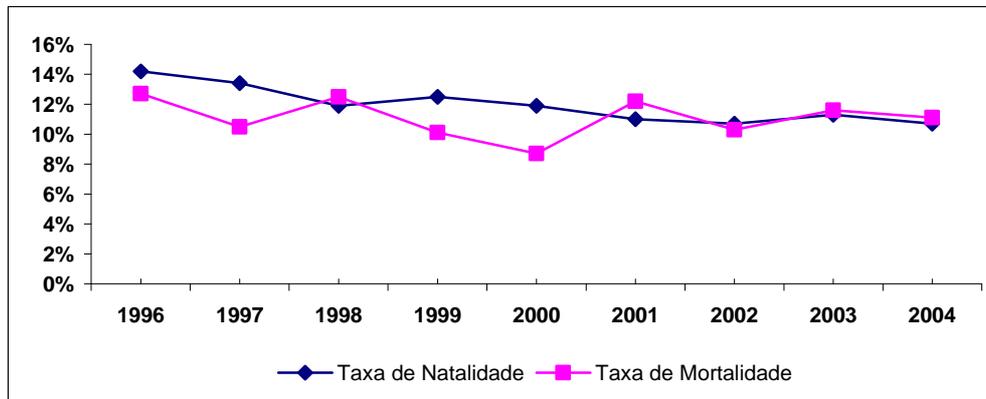


Gráfico 6 – Evolução da Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade

Fonte: INE

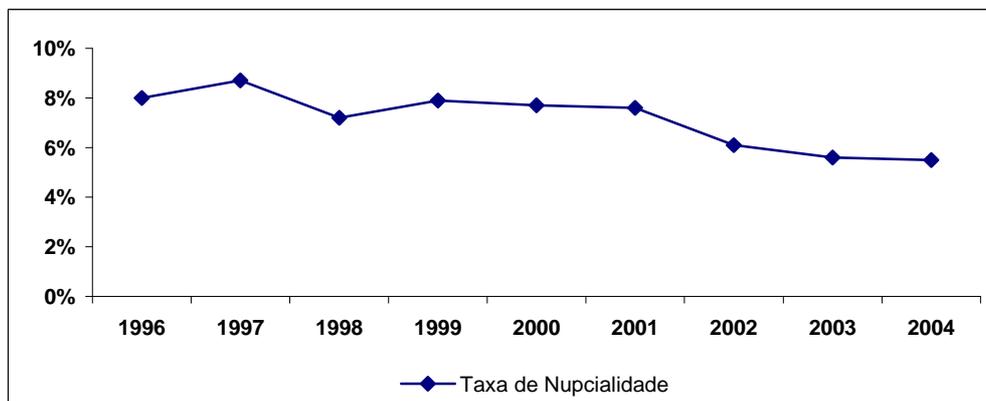


Gráfico 7 – Taxa de Nupcialidade

Fonte: INE

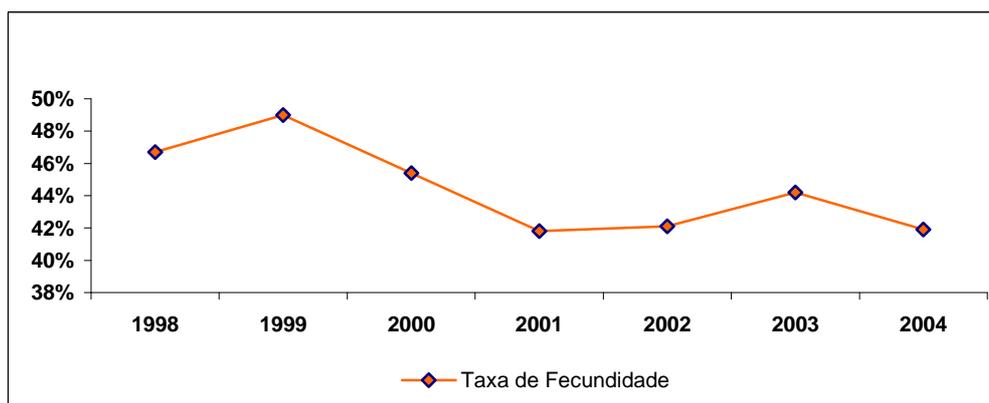


Gráfico 8 – Taxa de Fecundidade

Fonte: INE

²⁶ Taxa de mortalidade: número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10³) habitantes).

Por outro lado, a fixação de famílias jovens no concelho encontra-se comprometida devido à regressão da nupcialidade²⁷, que regista valores negativos (-2,5%), em 2004, comparativamente a 1996. Este facto ajuda a explicar o retraimento operado a nível das faixas etárias mais jovens do concelho, as quais registam, como vimos, um crescimento negativo, no período intercensitário. Todavia, em Baião, a taxa de nupcialidade mantém-se superior à média nacional que é de 4,7%. No contexto deste movimento demográfico, há que registar o florescimento entre 1999 e 2001, que provocou o crescimento natural da população do concelho, e a particularidade dos índices de nupcialidade e de fertilidade²⁸ se manterem próximos dos valores médios da sub-região Tâmega, que ocupa uma posição proeminente face ao contributo que tem prestado para o desenvolvimento demográfico da região Norte, ocupando conjuntamente com a sub-região do Cávado as posições cimeiras.

Ano	Nados Vivos	Óbitos	Saldo Natural
1996	311	278	33
1997	291	229	62
1998	257	271	-14
1999	270	217	53
2000	264	192	72
2001	243	270	-27
2002	235	225	10
2003	246	253	-7
2004	232	240	-8

Quadro 3 – Evolução Saldo Fisiológico

Fonte: INE

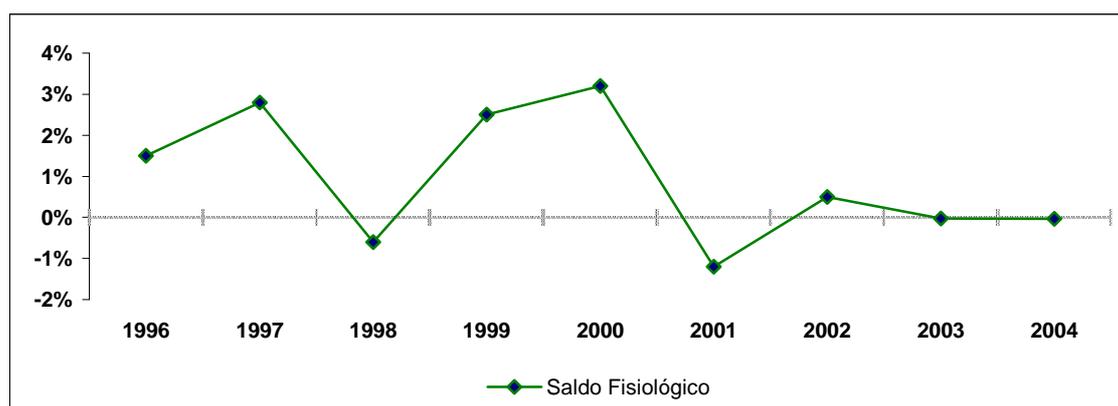


Gráfico 9 – Evolução do Saldo Fisiológico

Fonte: INE

²⁷ Taxa de nupcialidade: número de casamentos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de casamentos por 1000 (10^3) habitantes).

²⁸ Taxa de fecundidade: número de nados-vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efectivo médio de mulheres em idade fecunda (entre os 15 e os 49 anos) desse ano, traduzindo-se em número de nados-vivos por 1000 mulheres em idade fecunda.

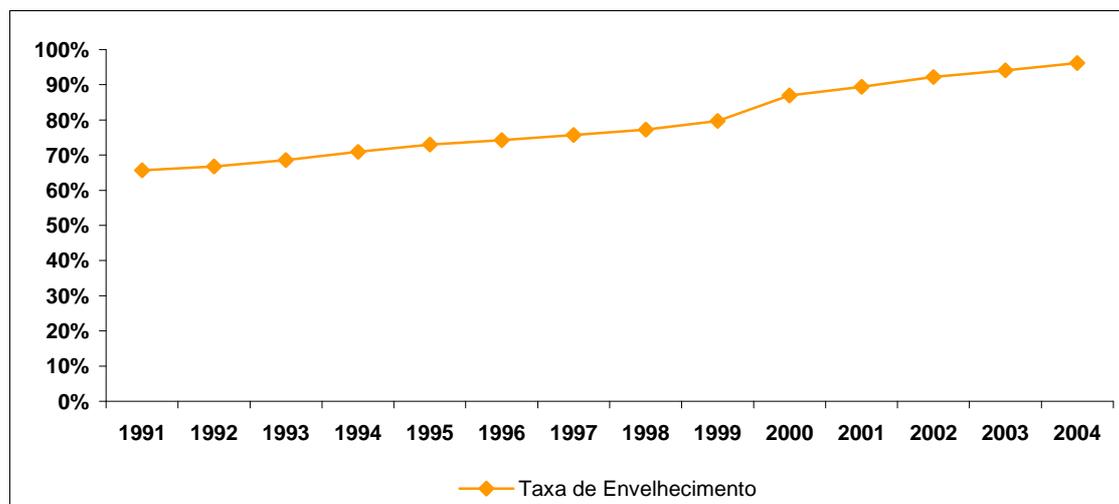


Gráfico 10 – Taxa de Envelhecimento

Fonte: INE

A actual trajectória de evolução da população residente compreende-se pela observação dos indicadores inerentes ao movimento demográfico com repercussões indeléveis quanto ao saldo fisiológico²⁹ (Quadro 3). Manifestamente, observa-se a perda de população e o seu progressivo envelhecimento, dado que o número de óbitos decresceu em cerca de 13,7%, enquanto que o valor relativo aos nados-vivos sofreu uma inflexão negativa de 25,4%. Com efeito, a regressão sentida na natalidade e na mortalidade tem ocasionado o progressivo envelhecimento da população local, cuja taxa de envelhecimento³⁰ se situa nos actuais 96,2%, muito acima dos 62,6%, índice de envelhecimento registado pela sub-região do Tâmega. Destaca-se o ritmo acelerado de envelhecimento que se verifica nos últimos cinco anos considerados, e que se traduz no acréscimo de cerca de 9,2%.

De facto, tal como já antevemos, constata-se o peso cada vez mais significativo dos grupos etários mais velhos, particularmente se considerarmos aquele que situa os indivíduos entre os 35 e os 64 anos de idade. A população residente entre os 0 e os 24 anos conta com menos 1601 indivíduos, enquanto que os efectivos etários

²⁹ Saldo natural: diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

³⁰ Taxa de envelhecimento: relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos).

imediatamente acima passam a contar com cerca de 1500 indivíduos, no período intercensitário.

Quanto aos índices de dependência, verifica-se que gradualmente a dependência dos jovens³¹ tem vindo a decair, fruto do afunilamento a nível da base piramidal da estrutura etária do concelho. Consequentemente, o índice de dependência de idosos³² tem vindo a aumentar, sendo o reflexo do envelhecimento da população residente. Em termos gerais, o índice de dependência total³³, apesar de estar em declínio, mantém-se acima do valor estimado para a sub-região Tâmega e que se situa nos 47%.

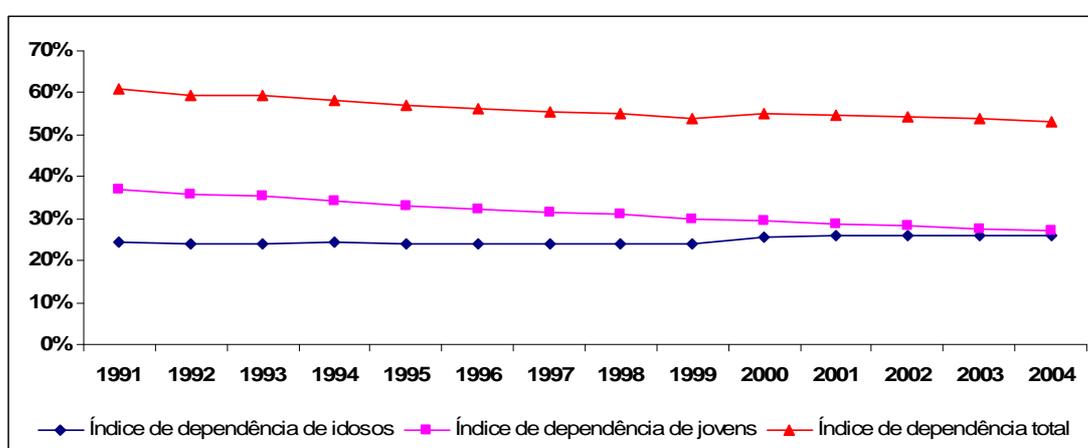


Gráfico 11 – Índice de Dependências

Fonte: INE

³¹ Índice de dependência de jovens: relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

³² Índice de dependência de idosos: relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

³³ Índice de dependência total: relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Unidade Territorial	Período	
	1991	2001
Baião	6760	7235
Ancede	724	840
Campelo	742	882
Covelas	214	212
Frende	276	267
Gestaçô	553	495
Gôve	512	657
Grilo	203	222
Loivos da Ribeira	144	133
Loivos do Monte	129	179
Mesquinhata	122	134
Ovil	328	318
Ribadouro	177	150
Santa Cruz do Douro	604	571
Santa Leocádia	181	212
Santa Marinha do Zêzere	741	891
Teixeira	329	290
Teixeiró	133	131
Tresouras	169	169
Valadares	270	286
Viariz	209	196

Quadro 4 – Evolução de Famílias Clássicas Residentes

Fonte: INE

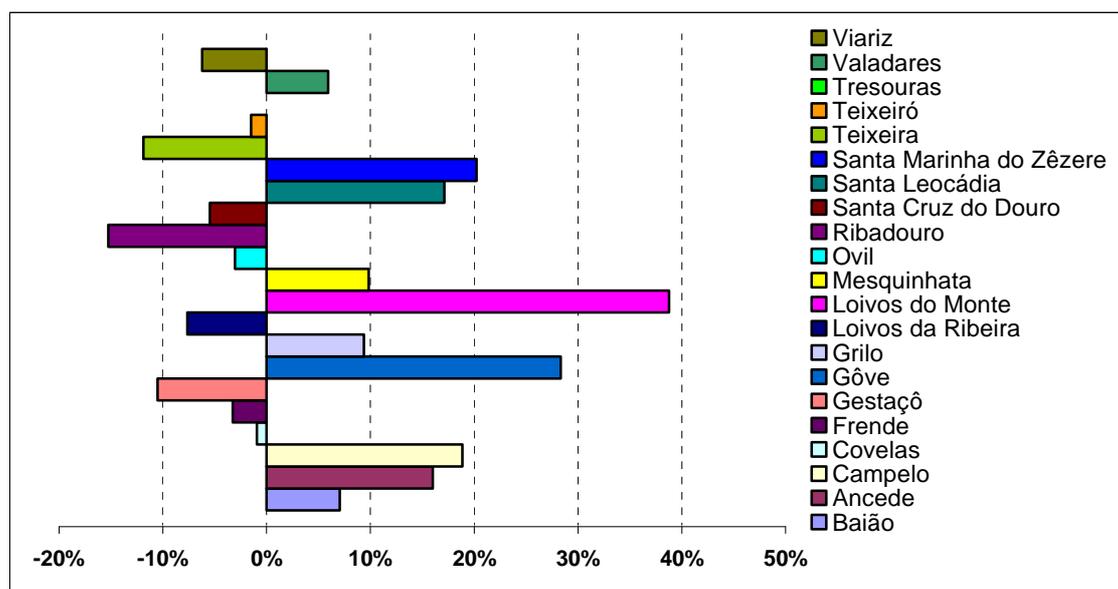


Gráfico 12 – Evolução de Famílias Clássicas Residentes

Fonte: INE

Como podemos constatar, o número de famílias clássicas³⁴ residentes aumentou em cerca de 7%, relativamente ao valor registado em 1991.³⁵ Em dez das freguesias

³⁴ Família clássica: conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

³⁵ Portugal. Instituto Nacional de Estatística, *Censos 1991: resultados definitivos: XII recenseamento geral da população, 1991*.

do concelho houve aumento de unidades familiares clássicas. Este crescimento teve maior intensidade nas freguesias de Loivos do Monte, Gôve, Santa Marinha do Zêzere, Santa Leocádia e Campelo. Tirando os casos pontuais, confirma-se a preponderância das principais freguesias que formam, no concelho, os principais eixos populacionais: Ancede, Campelo, Gôve, e Santa Marinha do Zêzere.

Considerando a estrutura familiar, observa-se, em termos gerais, a propensão para a formação de núcleos familiares de menor dimensão. Por conseguinte, as famílias clássicas com três pessoas aumentaram cerca de 27%, enquanto que as famílias com quatro pessoas registaram uma variação positiva de 16%, e as famílias com duas pessoas acrescem cerca de 11,5%. De sublinhar o esvaziamento de famílias com mais de cinco pessoas. Esta faceta demográfica de Baião parece confirmar, aliás, a realidade nacional, cuja dimensão média familiar tem vindo a inflectir-se negativamente, como podemos apurar, sendo de 3,4, em 1981; 3,1, em 1991; e 2,8, em 2001.³⁶

Segundo estudos recentes, o aumento de famílias clássicas é uma tendência evolutiva que se explica, em parte, pela progressiva diminuição da importância relativa da complexidade no panorama global das estruturas domésticas, em Portugal. Consequentemente, entre 1991 e 2001 verificou-se a diminuição em cerca de 3,5% do peso relativo dos agregados domésticos de famílias complexas, que se fica a dever, por sua vez, ao acréscimo global do número de agregados domésticos, principalmente dos que são constituídos por pessoas sós e também dos agregados domésticos de famílias simples.

As causas para a diminuição do peso e do número de situações de complexidade doméstica explica-se por um conjunto de transformações sociais verificadas desde 1960 e que se tem acentuado a partir da década de noventa.

³⁶ V. Portugal. Instituto Nacional de Estatística, *Anuário estatístico da Região Norte*, 1991-2001.

9.1.1. Análise com base na Evolução de Alojamentos Familiares

De facto, a melhoria das condições de existência da população tem contribuído para a redução dos casos de concentração doméstica, como solução das dificuldades de acesso a habitação própria. Corroborando este facto, os dados referentes ao indicador de alojamentos familiares indicam que no concelho em estudo houve uma variação relativa que ronda os 12%. As freguesias que mais têm beneficiado deste crescimento são: Santa Leocádia, Campelo, Ancede, Gôve, e Loivos da Ribeira.

Alojamentos Familiares	1991	2001
Baião	9705	10836
Ancede	892	1195
Campelo	970	1394
Covelas	330	353
Frende	332	357
Gestaçô	921	817
Gôve	723	933
Grilo	269	326
Loivos da Ribeira	175	226
Loivos do Monte	295	236
Mesquinhata	191	219
Ovil	597	528
Ribadouro	259	277
Santa Cruz do Douro	967	775
Santa Leocádia	174	383
Santa Marinha do Zêzere	1122	1207
Teixeira	436	457
Teixeiró	174	180
Tresouras	248	276
Valadares	346	398
Viariz	284	299

Quadro 5 – Evolução de Alojamento Familiares

Fonte: INE

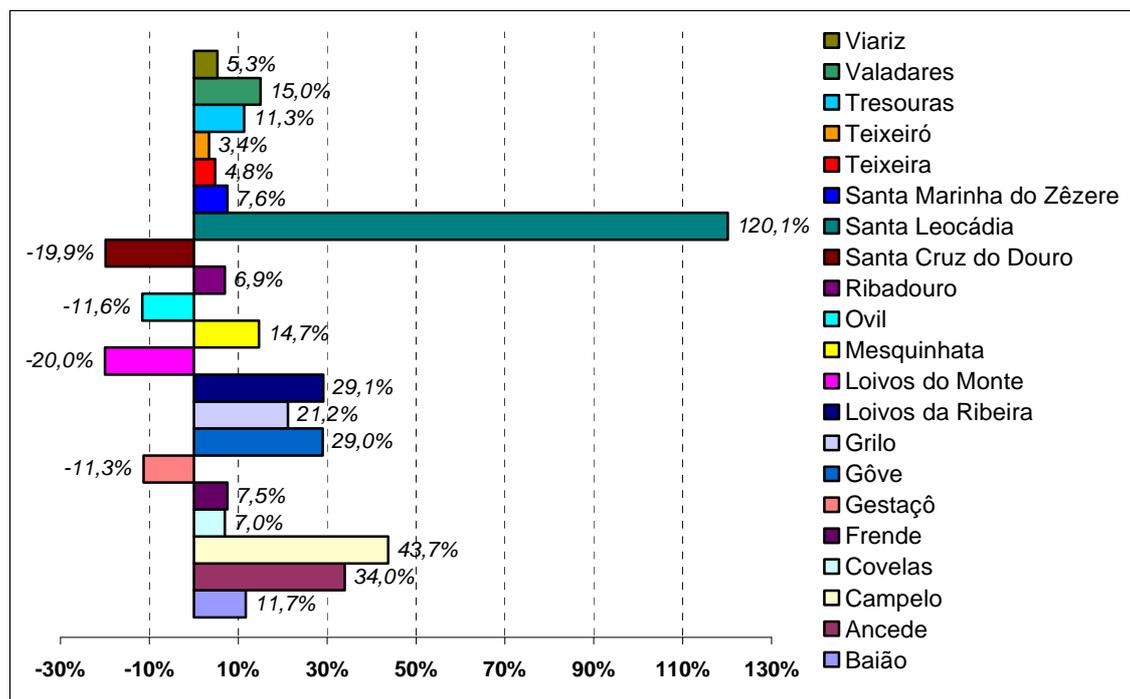


Gráfico 13 – Evolução de Alojamento Familiares

Fonte: INE

No seguimento do que ficou exposto, pelos movimentos gerais de urbanização, autonomização e individualização, visíveis em indicadores sócio-demográficos e familiares, podemos observar, por exemplo, que a taxa de divórcio passou de 0,3%, em 1996, para 1,6%, em 2004. O indicador referente aos nados-vivos fora do casamento sofreu uma variação relativa, dentro do período observado, de cerca de 74%.³⁷ A situação que se retrata relativamente aos agregados domésticos complexos tem a ver com diminuição das modalidades de complexidade doméstica, sendo elas por alargamento e por multiplicidade.³⁸ São, efectivamente, os agregados familiares alargados que têm sofrido uma redução mais acentuada, de tal forma que os casos de casais com ou sem filhos a residirem com outras pessoas registam quedas acentuadas, situação cujo reflexo se torna visível pelo crescente isolamento doméstico dos idosos. No entanto, sublinha-se que nos casos de alargamento, o peso da

³⁷ V.Portugal. Instituto Nacional de Estatística, *Anuário estatístico da Região Norte*, 1991-2004.

³⁸ As duas modalidades de complexidade doméstica correspondem às categorias IV e V da proposta de classificação de Hammel e Laskett (1974): agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas) e agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento). Os núcleos familiares simples são conjugais, com ou sem filhos, ou monoparentais, existência de um dos progenitores com filhos. (v. Pedro Vasconcelos, *Famílias complexas: tendências de evolução*, pp. 83-96.)

população idosa com 65 anos ou mais é considerável, o que aponta para situações de apoio residencial coabitante a idosos.

Por seu turno, a perda de importância em termos relativos e absolutos dos agregados domésticos múltiplos explica-se pela diminuição dos casos de coabitação entre dois ou mais núcleos conjugais. No contexto dos casos de multiplicidade é de registar o aumento das situações de monoparentalidade³⁹, ou mesmo de monoavogalidade⁴⁰. No padrão evolutivo da complexidade doméstica, o concelho de Baião insere-se numa região cuja complexidade doméstica passou de alta para média-alta, tendo registado uma variação negativa de 2,1%.

³⁹ Monoparentalidade: núcleo familiar formado por um dos progenitores com filhos.

⁴⁰ Monoavogalidade: agregados domésticos formados pela coabitação entre dois ou mais núcleos conjugais, onde está presente apenas um dos ascendentes directos.

9.1.2. Projecção Demográfica

Depois de caracterizada a situação actual, em termos da evolução demográfica de Baião, importa perspectivar a tendência que essa evolução poderá ter futuramente. Sendo assim, e tendo em conta os dados demográficos respeitantes à população residente, ao longo dos últimos anos, foi possível traçar, com base no modelo de regressão linear simples, um horizonte de progressão da população residente (gráfico 14). Resulta da sua leitura que será de prever uma diminuição constante da população, se não houver uma intervenção que possibilite a reabilitação do crescimento demográfico. Assim, em 2021, a população residente poderá contar o mesmo número de efectivos que contava na segunda metade do século XIX.

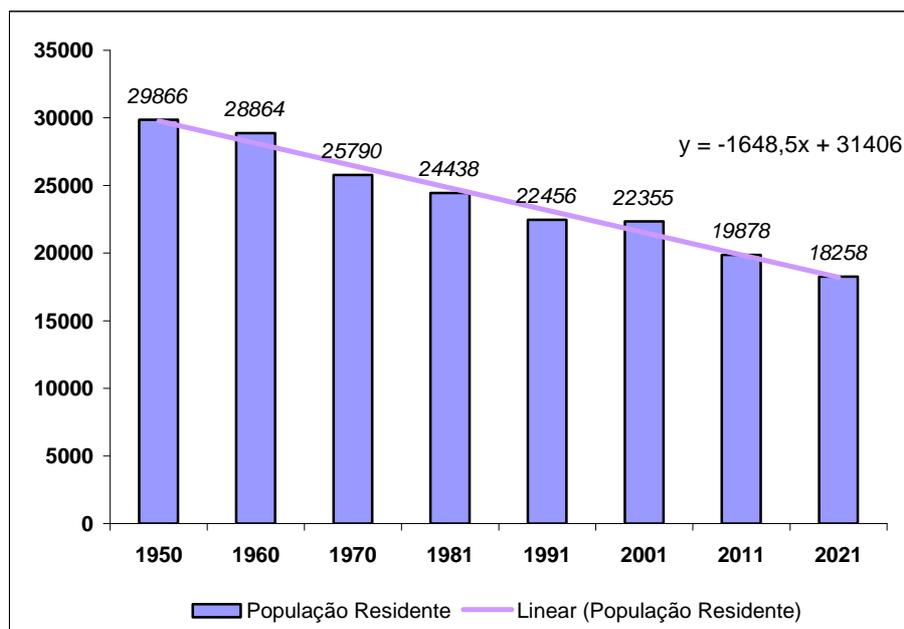


Gráfico 14 – Projecção da População Residente do Concelho de Baião

Fonte: INE

9.2. Actividades Económicas do Concelho

O concelho de Baião é conhecido pela sua forte ligação a actividades económicas no âmbito da agro-pecuária e da exploração florestal, em parte devido às características geomorfológicas e climatéricas, que propiciam o envolvimento da população na prática destas actividades em regime de minifúndio, próprio da região Entre Douro e Minho.

No entanto, esta realidade sócio-económica tem sofrido importantes alterações nas duas últimas décadas, isto sem deixarmos de considerar que, efectivamente, a exploração agro-pecuária no concelho raramente tenha sido praticada em moldes empresariais, em sentido restrito, tendo permanecido de sobremaneira correlacionada com uma exploração de subsistência.

Sabemos que o progressivo decréscimo de peso económico do sector primário se iniciou no período compreendido pelas décadas de cinquenta e setenta, com o êxodo migratório para o estrangeiro. De facto, os que não integraram este movimento migratório permaneceram, em muitos casos, ligados ao sector primário, encontrando-se actualmente em período de reforma.

Por outro lado, há que registar os movimentos migratórios que têm vindo a ocorrer a nível interno à escala concelhia, e que denotam a deslocação de efectivos profissionais em direcção aos aglomerados urbanos mais representativos, como são Campelo, Santa Marinha do Zêzere, e Gôve, onde as oportunidades de emprego são, em hipótese, maiores, e inserem-se na área comercial e dos serviços públicos. Este facto está na base dos crescentes índices de população activa adstrita ao sector terciário. Contudo, é no sector secundário que se continua a agrupar grande parte da população activa baionense, assinalando um crescendo superior ao terciário, sectores económicos cujo crescimento se deve ao progressivo abandono das actividades económicas afectas ao sector primário.

A preponderância do sector secundário, em Baião, associa-se ao acréscimo de efectivos profissionais que são absorvidos na actividade de construção civil, a qual sempre desempenhou um papel de destaque para o equilíbrio económico e financeiro das famílias. Estes efectivos ligados ao sector da construção civil são recrutados para

exercerem a sua actividade para subempreiteiros ligados a grupos empresariais de maior dimensão que têm um raio de acção de amplitude nacional e, até mesmo, internacional.

Quanto ao que temos vindo a expor, importa reter que esta parcela da população activa concelhia exerce *grosso modo* a sua actividade no exterior, não contribuindo directamente para o desenvolvimento local.

Em termos absolutos, o concelho de Baião possui 7652 activos empregados distribuídos pelo sector secundário que é aquele que, no concelho, apresenta maior peso percentual (53,5%), seguido pelo terciário (37,6%), e o primário (8,7%), (gráfico 15). Do indicador referente à população activa, importa referir, ainda, que 873 são desempregados, o que perfaz um total de 8525 indivíduos economicamente activos. De sublinhar a evolução registada no espaço intercensitário, com o acréscimo percentual dos sectores secundário e terciário e o decréscimo acentuado de activos vinculados ao sector primário, conforme se pode constatar abaixo.

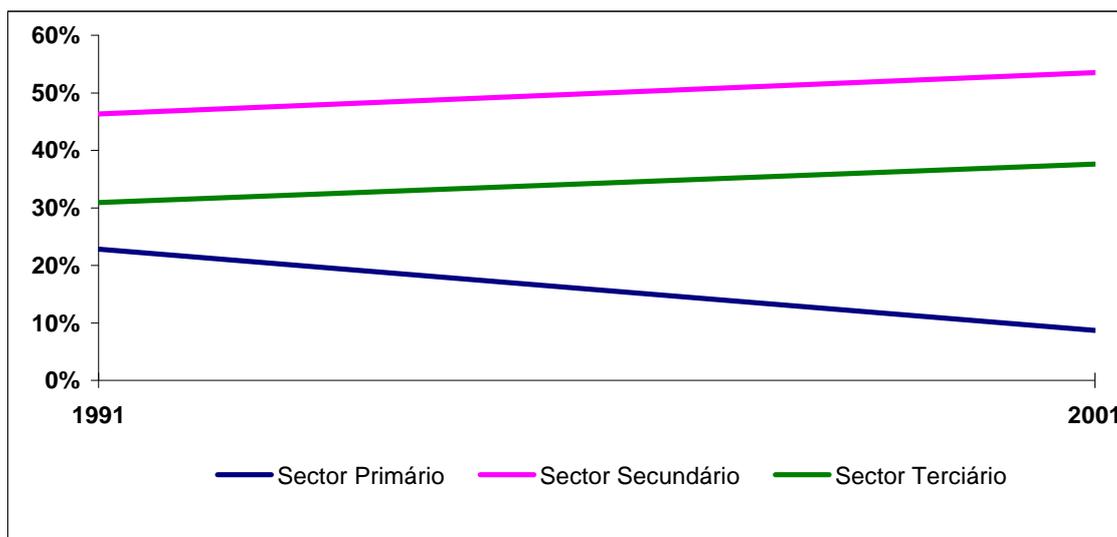


Gráfico 15 – Evolução da População Activa por Sector de Actividade

Fonte: INE

Ao contrário do que seria de supor, não se constata a presença de um parque industrial massivo no concelho, onde as indústrias de transformação existentes continuam a ser na sua maioria empresas de tipo familiar, cujo âmbito de acção se volta para o consumo local. Todavia, sublinham-se alguns exemplos demonstrativos de forte implementação e dinamismo empresarial dados por unidades industriais de metalomecânica, distribuição de bens e confecção de vestuário. Apesar dos modelos animadores, estes são-no mais no plano da qualidade do que da quantidade, pois

pelos indicadores de estatística económica Baião permanece como o concelho com menor número de estabelecimentos empresariais e o segundo com menor presença de instituições industriais, apenas 17%, percentagem que se explica internamente pela fraca densidade do tecido industrial, enquanto que no Porto, comparativamente, este défice de presença industrial tem como contraponto o predomínio avassalador do sector terciário.⁴¹ Resulta concluir, com base no número de sociedades, que o sector secundário é aquele que maior representatividade possui a nível do concelho, seguido do sector terciário que inclui cerca de 40% das sociedades com sede concelhia (gráfico 16).

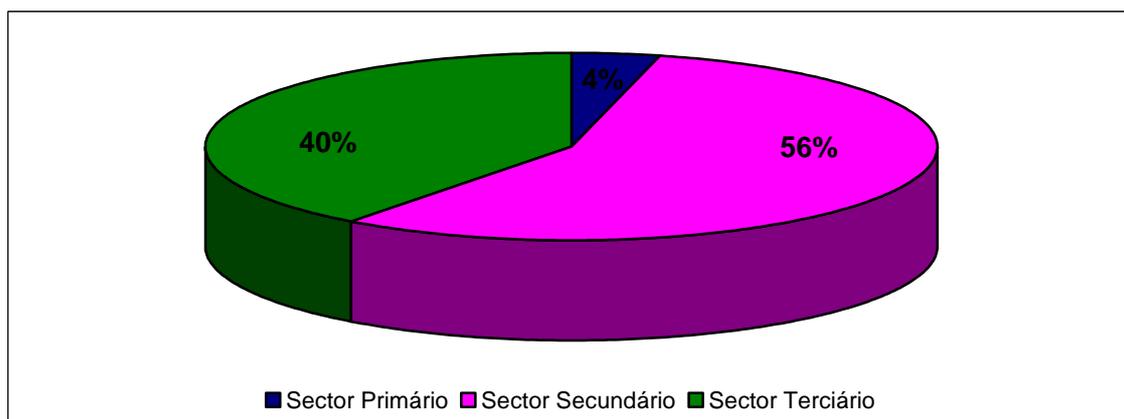


Gráfico 16 – Sociidades Sediadas por Sector de Actividade, em 2001

Fonte: INE

Este dado é conexo a uma tendência geral do país no sentido da terciarização, factor que, como depreendemos, assume reflexos importantes na estruturação do emprego no plano nacional, e que tem visibilidade, inevitavelmente, a nível local, como temos vindo a observar.

Actividade Económica (CAE-Rev2)	Período	
	1997	2006
Actividades Mal Definidas	27	
A+B	111	100
C	5	2
D	160	136
E	0	2
F	375	556
G	516	488
H	99	157
I	32	56
J	23	20
K	37	57
Ma O	36	47
Total	1421	1621

Quadro 6 – Evolução do Número de Empresas com Sede em Baião, segundo a CAE-Rev2

Fonte: INE

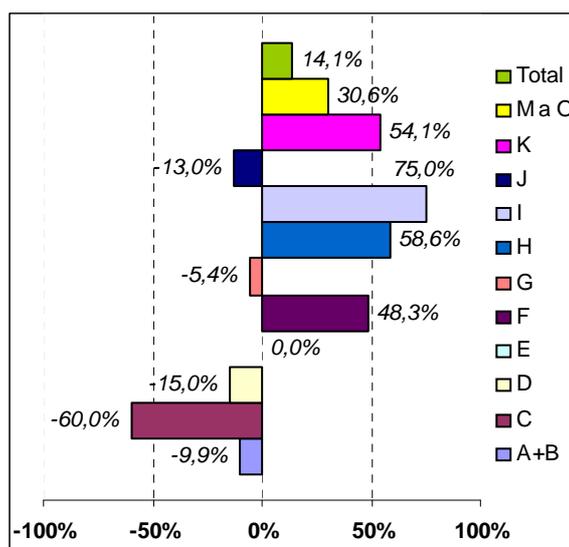


Gráfico 17 – Evolução do Número de Empresas com Sede em Baião, segundo a CAE-Rev2

Fonte: INE

⁴¹ Agência de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Tâmega, *Estudos estratégicos para a Região de Entre Douro e Tâmega*, cap.VI, pág.2-37.

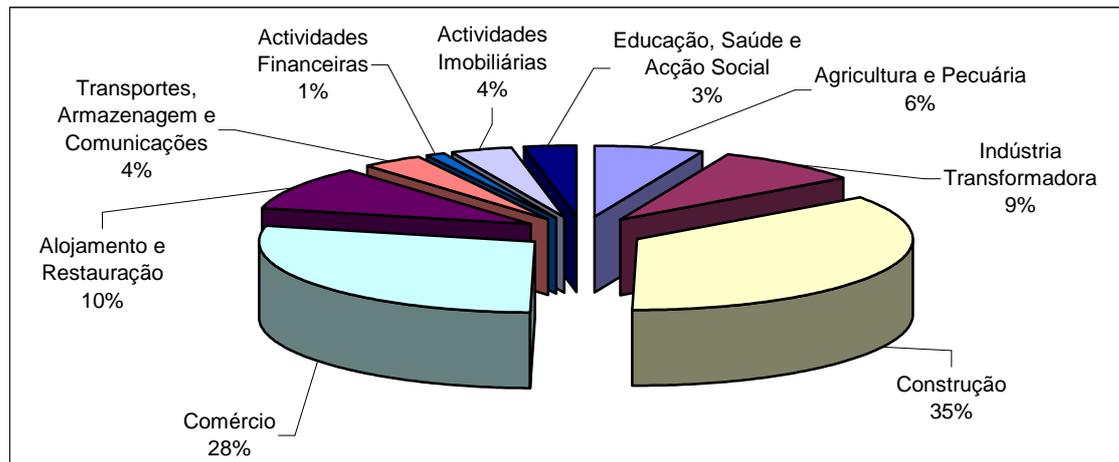


Gráfico 18 – Actividades Económicas em Baião, segundo a CAE-Rev2

Fonte: INE

Como podemos observar pelos gráficos acima apresentados, referentes ao tecido empresarial estabelecido em Baião, segundo a actividade económica⁴², a Construção, o Comércio, a Restauração e a Indústria Transformadora constituem os principais segmentos da actividade económica no concelho. De sublinhar o crescimento registado nos campos dos Transportes, Armazenagem e Comunicações; Alojamento e Restauração; e das Actividades Imobiliárias. Por outro lado, podemos notar o peso percentual de Baião, na Região Norte, quanto ao número de empresas da indústria transformadora, resume-se a uns constrangedores 0,2%, tendo mesmo diminuído em relação a 1997 (gráfico 19).

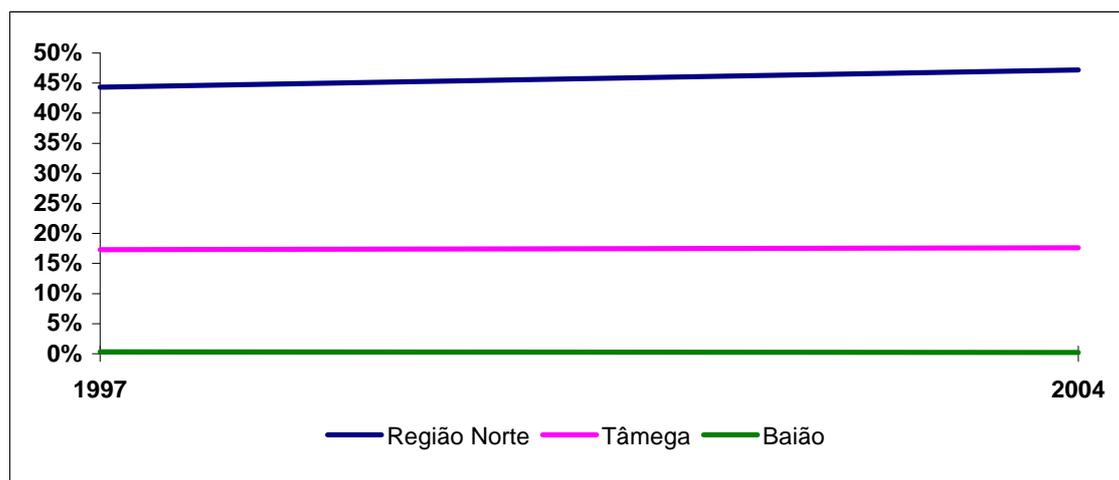


Gráfico 19 – Evolução das Empresas da Indústria Transformadora

Fonte: INE

⁴² Classificação das actividades económicas – Rev.2: agricultura e pesca (A+B); indústria extractiva (C); indústria transformadora (D); produção e distribuição de electricidade, de gás e de água (E); construção (F); comércio por grosso e a retalho (G); transportes, armazenagem e comunicações (I); actividades financeiras (J); actividades imobiliárias (K); educação, saúde, serviços colectivos, sociais e pessoais (M a O).

De facto, apesar da importância que detêm para a economia do concelho, não podemos deixar de fazer notar o decréscimo verificado ao nível do número de empresas no ramo da indústria transformadora, das actividades financeiras, e do comércio. A quebra que se regista nestes ramos de actividade pode ter explicação face ao período de instabilidade económica que tem atingido o espaço europeu e Portugal em particular, nos últimos anos. Esta oscilação no comportamento das economias dos países tem como reflexo imediato o colapso dos elementos empresariais mais frágeis em termos de organização e de competitividade.

Podemos constatar que relativamente ao pessoal ao serviço nas sociedades da indústria transformadora, Baião ocupa cerca de 0,3%, no contexto da Região Norte (gráfico 20). Por sua vez, o maior número de empresas no ramo da indústria transformadora situa-se ao nível da indústria têxtil, seguida da indústria da madeira (gráfico 21).

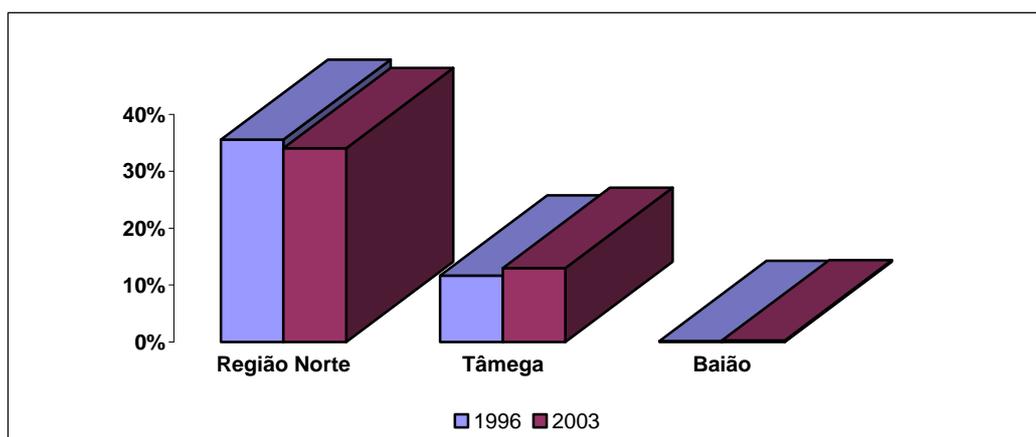


Gráfico 20 – Evolução do Pessoal ao Serviço nas Sociedades

Fonte: INE

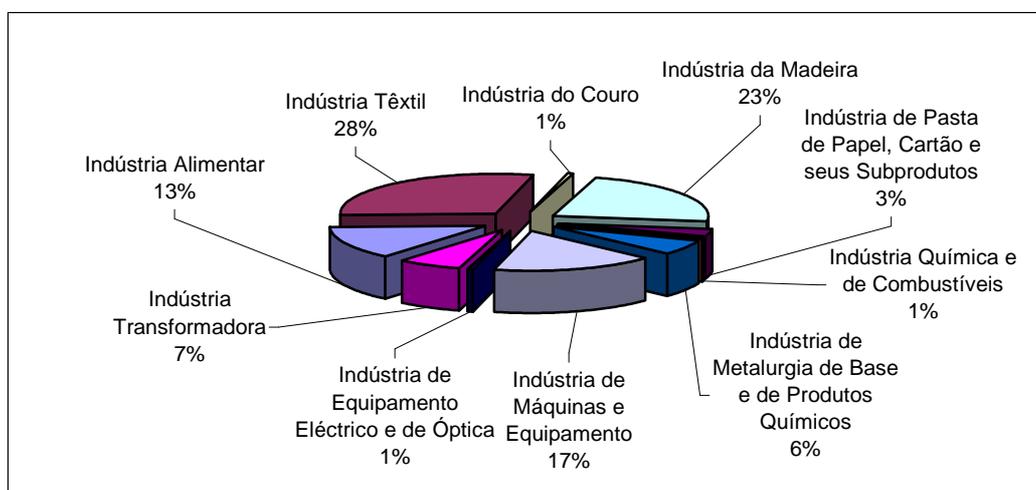


Gráfico 21 – Empresas da Indústria Transformadora com Sede em Baião, segundo a CAE-Rev2, em 2006

Fonte: INE

No que se refere à distribuição percentual de emprego pelas empresas do concelho, verifica-se que grande parte dos efectivos activos empregados, cerca de 18%, encontra-se no sector ligado aos serviços, confirmando a tendência geral para o predomínio do terciário (gráfico 22).

Concluindo a análise, pode-se referir que a taxa de constituição de sociedades, relativamente ao concelho de Baião, é de 6,5%, valor acima da média da sub-região do Tâmega, que regista menos duas décimas. Por outro lado, no que concerne à taxa de dissolução, verifica-se que o concelho se posiciona abaixo da média da sub-região do Tâmega, cerca de oito décimas percentuais, sendo a média de 5,4%.

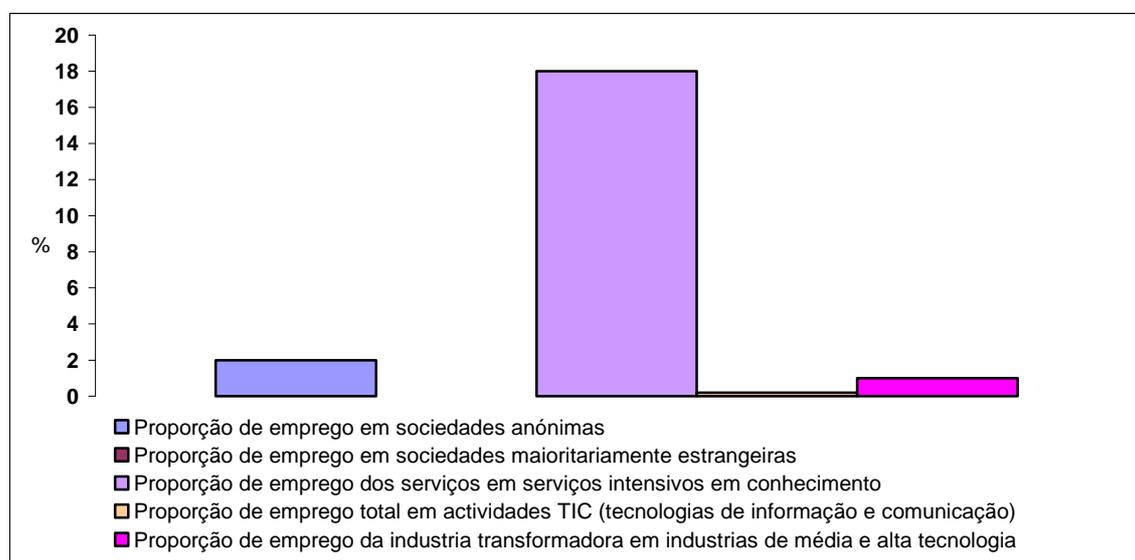


Gráfico 22 – Proporção de Emprego por Empresas, em 2003 e 2004

Fonte: INE

9.3. Caracterização da População com Actividade Económica do Concelho

Face ao total de população residente no concelho, o número de *População Sem Actividade Económica* no período analisado atingia 52%.

Do universo de *População Sem Actividade Económica*, 47% eram do sexo feminino com idade inferior a 60 anos e 27% com idade superior. Os *Homens* representavam pouco mais de 30% da *População em Idade Activa Sem Actividade Económica* (gráfico 23).

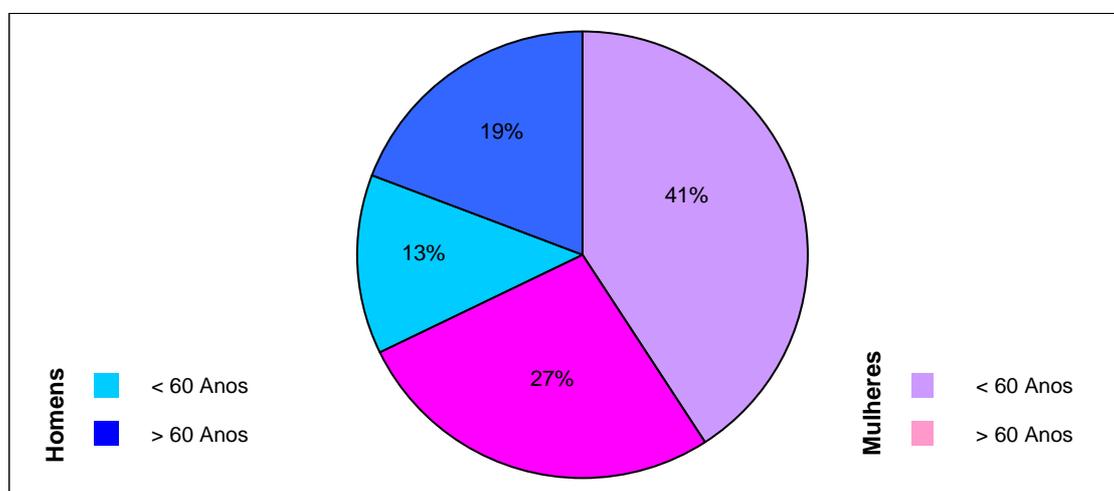


Gráfico 23 – Distribuição da População sem Actividade Económica por Sexo e Faixa Etária, em 2004

Fonte: INE

A *População Sem Actividade Económica* no concelho de Baião, no período passível de obtenção de dados concretos, situava-se, em 2004, nos 9602 indivíduos existindo uma nítida dicotomia entre *Homens* e *Mulheres* (gráfico 23 e 24)

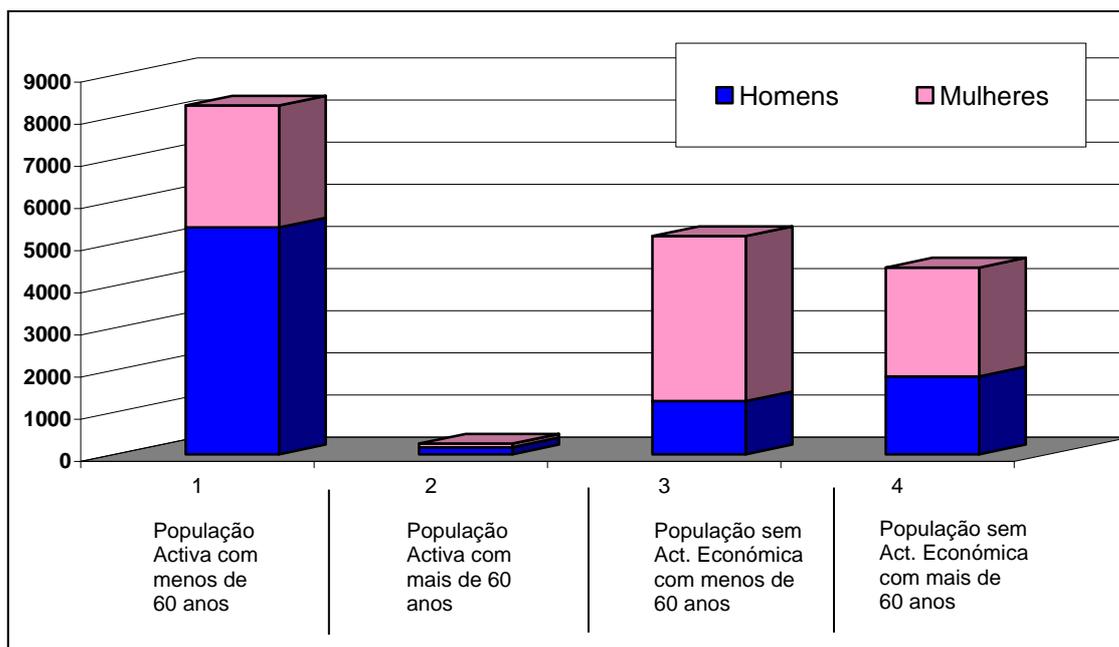


Gráfico 24 – Relação entre a População Activa e sem Actividade Económica por Sexo e Faixa Etária, em 2004

Fonte: INE

População Residente	Total	Homens	10.777	População com Actividade Económica	15 a 60 anos	Homens	5.380
		Mulheres	11.578		Mulheres	2.890	
Menos de 15 anos		Homens	2.126		Mais de 60anos	Homens	166
		Mulheres	2.102			Mulheres	89
15 a 60 anos		Homens	6.638	População sem Actividade Económica	15 a 60 anos	Homens	1.258
		Mulheres	6.807			Mulheres	3.917
Mais de 60anos		Homens	2.013		Mais de 60anos	Homens	1.847
		Mulheres	2.669			Mulheres	2.580

Quadro 7 – Valores Absolutos da População Activa e Sem Actividade Económica por Sexo e Faixa Etária, em 2004

Fonte: INE

A realidade atinge ainda maior inquietação ao verificarmos que no caso do sexo feminino cerca de 70% das mulheres em idade activa não desempenha qualquer actividade económica.

Este problema não é em nada amenizado pela realidade masculina. De facto, atendendo à população em idade activa, o número de indivíduos sem actividade económica do referido sexo ascende aos quase 37%.

No que diz respeito à *População com Actividade Económica*, ressalta, obviamente face ao já exposto, um valor superior de efectivos do sexo masculino com indicadores percentuais na casa dos 65%.

Quando comparados com os valores totais da população residente no concelho é possível constatar que a população a desenvolver uma actividade económica atinge uns escassos 38%, um valor, como é sabido, manifestamente baixo e gerador de grande dependência dos restantes efectivos.

9.3.1. Caracterização da Taxa de Actividade / Taxa de Desemprego

Apesar de no período de dez anos a taxa de actividade ter aumentado, este aumento global traduziu-se nuns escassos 3,1 valores percentuais no espaço de uma década. Mais uma vez denota-se uma elevada diferenciação entre os valores reportados pelo sexo masculino e feminino. Ambos os resultados são porém preocupantes já que, no que concerne aos *Homens*, a taxa de Actividade não ultrapassa os 52%, saldando-se, no caso do sexo feminino (maioritário no concelho), a taxa de actividade de 38,1 valores percentuais conforme se pode observar no quadro 8. É porém de ressaltar que no período considerado o reduzido acréscimo da taxa de actividade se deveu a uma retoma da actividade económica feminina.

Designação do Indicador	Valores Percentuais
Taxa de Actividade HM, em 1991	35
Taxa de Actividade H, em 1991	51,1
Taxa de Actividade M, em 1991	20
Taxa de Actividade HM, em 2001	38,1
Taxa de Actividade H, em 2001	51,5
Taxa de Actividade M, em 2001	25,7

Quadro 8 – Evolução da Taxa de Desemprego

Fonte: INE

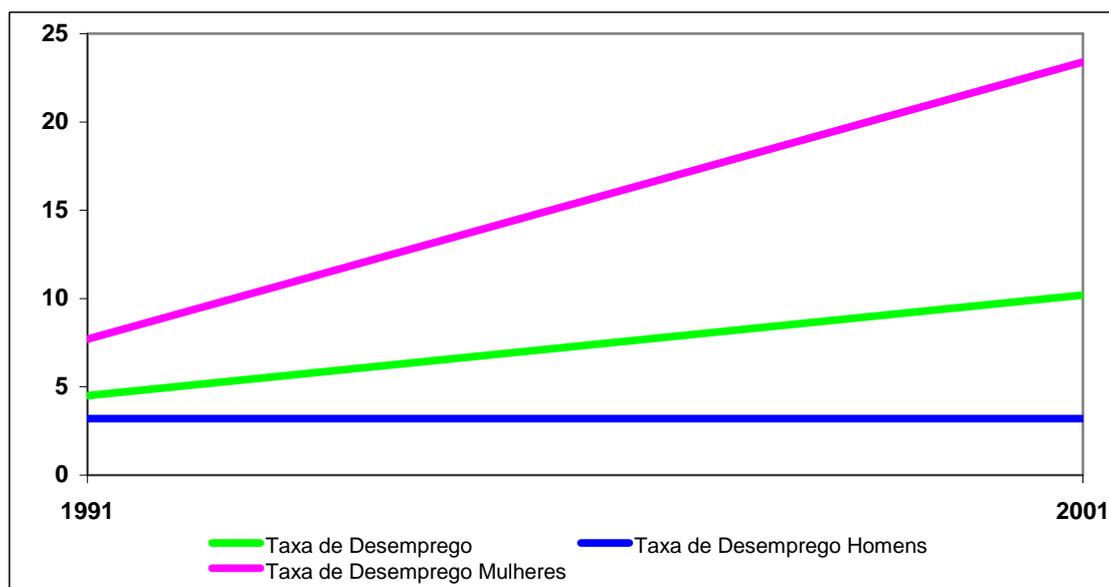


Gráfico 25 – Evolução da Taxa de Desemprego

Fonte: INE

No que diz respeito à *População Desempregada*, a evolução concelhia não apresenta valores animadores. No espaço de uma década ocorreu o aumento de uns preocupantes 5,7%, o que representa um acréscimo da taxa de desemprego em mais de 100% dos valores de 1991. A taxa de desemprego assume assim proporções preocupantes superiores aos 10 valores percentuais, conforme se pode constatar pelo gráfico 25. A situação torna-se ainda mais crítica se considerarmos a realidade feminina com 23,4 valores percentuais de *Taxa de Desemprego* resultado de um aumento de quase 300% em relação à da década anterior.

Designação do Indicador	Valores Percentuais	Unidades
População Desempregada HM	873,00	indivíduos
População Desempregada Homens	176,00	indivíduos
População Desempregada Mulheres	697,00	indivíduos
População Desempregada, procura 1º emprego HM	463,00	indivíduos
População Desempregada, procura 1º emprego H	37,00	indivíduos
População Desempregada, procura 1º emprego M	426,00	indivíduos
Taxa de Desemprego HM, em 1991	4,50	percentagem
Taxa de Desemprego H, em 1991	3,20	percentagem
Taxa de Desemprego M, em 1991	7,70	percentagem
Taxa de Desemprego HM, em 2001	10,20	percentagem
Taxa de Desemprego H, em 2001	3,20	percentagem
Taxa de Desemprego M, em 2001	23,40	percentagem

Quadro 9 – Distribuição da População Desempregada por Sexo

Fonte: INE

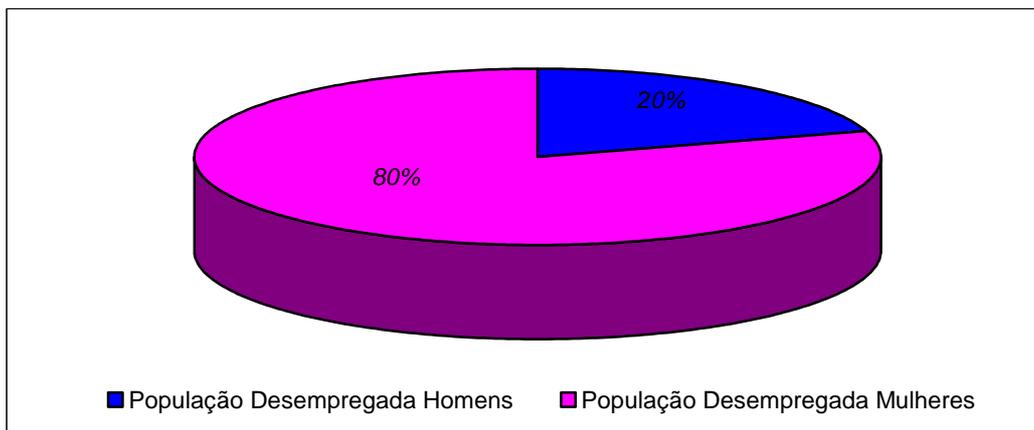


Gráfico 26 – Distribuição da População Desempregada por Sexo

Fonte: INE

Esta realidade assume ainda contornos de maior preocupação se considerarmos a busca do primeiro emprego. De facto, a *População Jovem* do concelho, na qual quase todos os efectivos em busca do primeiro emprego se enquadram, representam cerca de 53% da *População Desempregada*. Como seria de esperar a dicotomia entre o sexo masculino e feminino é mais uma vez bem patente representando o sexo Feminino 92% da *População Jovem* em busca do primeiro emprego.

9.3.2. Caracterização da População Desempregada

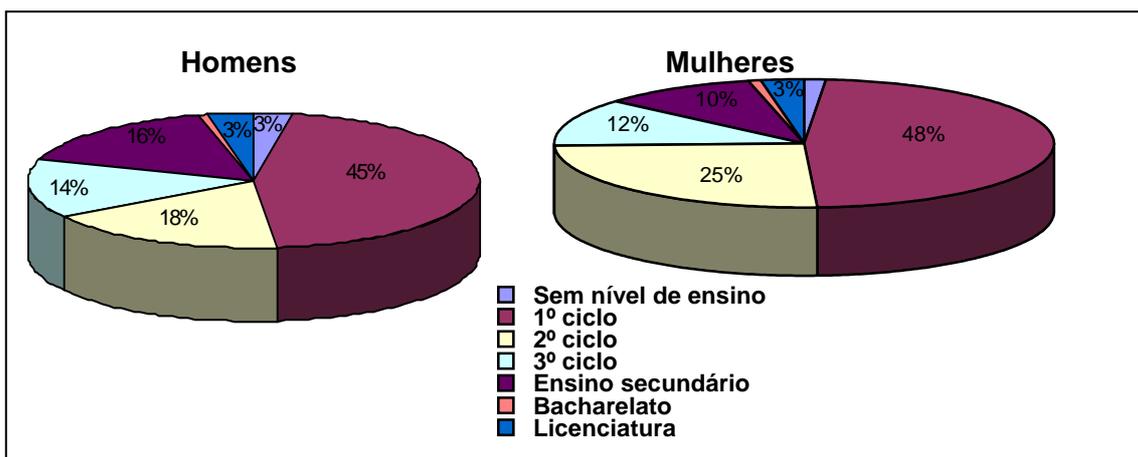


Gráfico 27 – Distribuição da População Total Desempregada de acordo com o Nível de Escolaridade e o Sexo

Fonte: INE

		Sem nível de ensino	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Ensino secundário	Curso médio	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Totais	Totais Percentuais
15-19	M	0	28	23	27	17	0	0	1	0	0	96	11,00
	H	0	6	8	11	10	0	0	0	0	0	35	4,01
20-24	M	0	30	28	31	33	0	1	6	0	0	129	14,78
	H	1	2	5	7	11	0	0	2	0	0	28	3,21
25-29	M	1	46	44	12	10	0	1	12	0	0	126	14,43
	H	0	1	4	1	4	0	1	2	0	0	13	1,49
30-34	M	1	61	34	9	4	0	4	0	0	0	113	12,94
	H	0	7	4	6	1	0	0	1	0	0	19	2,18
35-39	M	2	62	29	1	3	0	0	0	0	0	97	11,11
	H	0	11	4	0	2	0	0	0	0	0	17	1,95
40-44	M	1	48	8	2	2	0	0	0	0	0	61	6,99
	H	0	13	2	0	0	0	0	0	0	0	15	1,72
45-49	M	2	25	9	2	0	0	0	0	0	0	38	4,35
	H	1	8	1	0	0	0	0	1	0	0	11	1,26
50-54	M	1	25	1	0	0	0	0	0	0	0	27	3,09
	H	1	17	3	0	0	0	0	0	0	0	21	2,41
55-59	M	1	7	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0,92
	H	1	10	0	0	0	0	0	0	0	0	11	1,26
60-64	M	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,11
	H	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0,69
65 e mais	M	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,11
	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Totais		14	414	207	109	97	0	7	25	0	0	873	100
Totais Percentuais		1,60	47,42	23,71	12,49	11,11	0,00	0,80	2,86	0,00	0,00		

Quadro 10 – Distribuição da População Total Desempregada de acordo com o Nível de Escolaridade, Sexo e Idade

Fonte: INE

A *População Desempregada* do concelho assume, como já se indicou anteriormente, valores elevados quando comparada com os efectivos activos. Na realidade, se atendermos à população feminina com menos de 60 anos o volume de mulheres desempregadas assume uns preocupantes 10%.

A maior concentração de efectivos desempregados situa-se nos adultos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 39 anos. De facto, neste intervalo de idades e atendendo ao sexo feminino, os valores percentuais, face ao total de desempregados, aproxima-se das seis dezenas e meia. Não obstante, o facto atrás evidenciado é entre os 20 e os 24 anos que o número de desempregados é mais elevado, atingindo valores próximos dos 20%.

É ainda de realçar que cerca de 35% da *População Desempregada* se situa entre os vinte e os trinta anos de idade, sendo que para estes totais o sexo feminino contribui com cerca de 30%. Mais de 80% dos desempregados encontram-se a cargo da família.

Cerca de 50% dos desempregados possui apenas o primeiro ciclo de escolaridade, porém são cerca de 80% os desempregados com escolaridade igual ou inferior ao terceiro ciclo.

Não existe grande diferenciação entre a distribuição dos efectivos desempregados masculinos e femininos, no que diz respeito ao nível de instrução obtido. É porém de realçar, que face ao total por sexo, 30% do número de desempregados do sexo masculino possui o terceiro ciclo e o ensino secundário, ao passo que pouco mais de 20% das desempregadas do sexo feminino o possuem.

São obviamente as gerações mais novas de desempregados que apresentam valores de escolaridade mais elevada. Porém, tal como foi indicado, são também aqueles que mais sofrem o problema de desemprego.

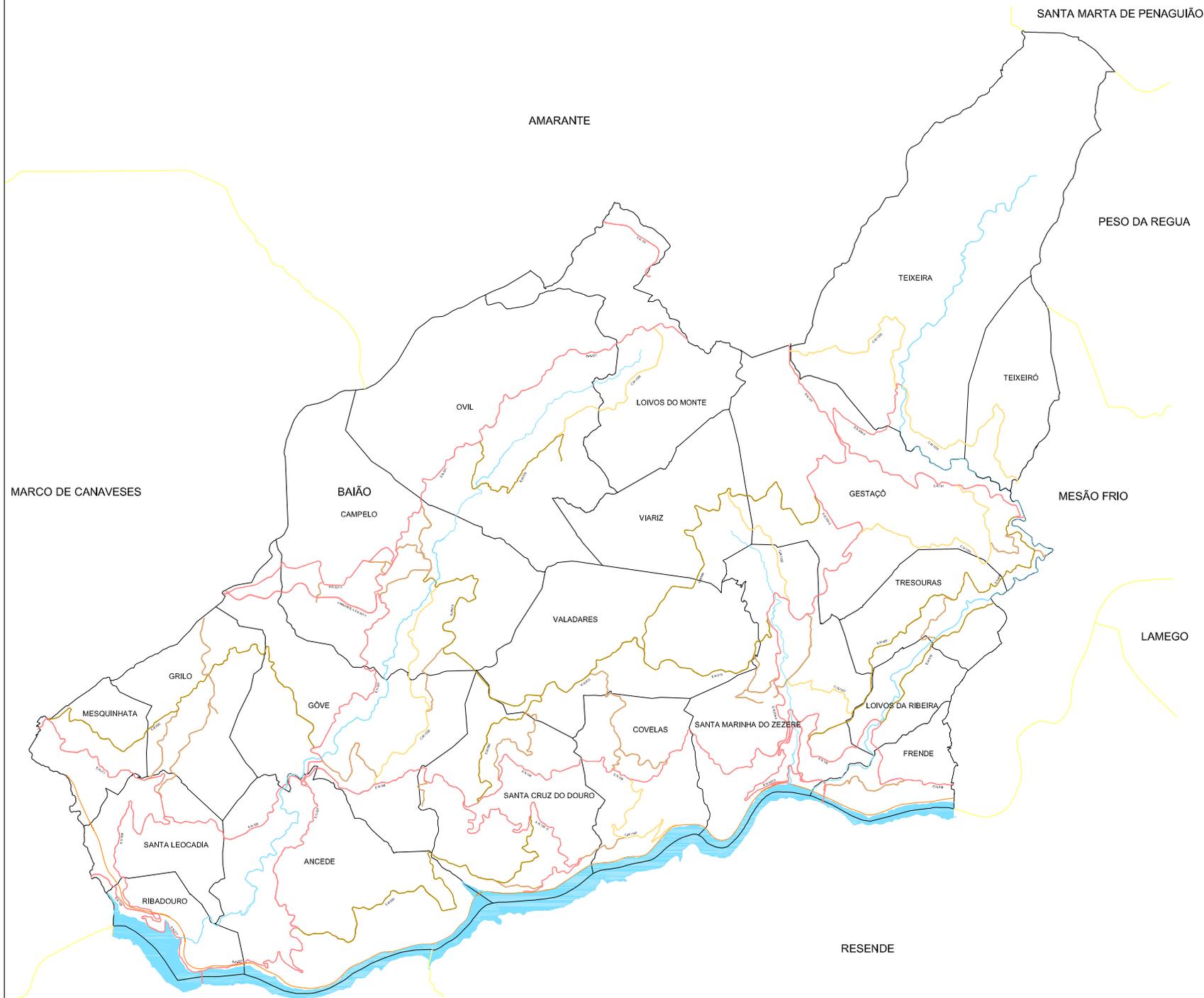
9.4. Rede Viária e Acessibilidades.

Dado que as vias rodoviárias influem no desenvolvimento económico e social, a rede viária de Baião caracteriza-se pela escassez de bons acessos. São muito recentes os esforços no sentido de construir e melhorar as infra-estruturas viárias. Os principais ramais rodoviários situam-se, logicamente, junto aos principais aglomerados populacionais, como são Campelo, Gôve, Ancede, e Santa Marinha do Zêzere. Estes centros urbanos estão servidos por uma rede de estradas que oferece maior potencial de fluxo de trânsito, como é o conjunto das estradas nacionais, que registam maior capilaridade junto aos principais centros urbanos. De referir, ainda, que parte da linha ferroviária do Douro faz o seu percurso pelo território do concelho de Baião, tendo como estação principal Mosteirô. Esta realidade pode ser confirmada pela observação do *Mapa II* da rede viária.

O concelho de Baião tem como eixos de acesso rodoviário a Estrada Nacional (EN) 321-1 e a Variante à EN 321-1 que permitem a ligação pela zona oeste ao concelho de Marco de Canaveses.

O traçado da EN 321 faz a ligação através da raia nortenha do concelho, delimitada pela freguesia de Loivos do Monte, à EN 101, cujo trajecto atravessa Baião no sentido norte/este, ligando o território de Baião aos concelhos limítrofes de Amarante e Mesão-Frio. A mesma via, que segue paralela ao curso do rio Ovil, possibilita, igualmente, o trânsito, desde a freguesia sede do concelho, Campelo, ao eixo sudoeste que confronta com o território de Cinfães. Pelo quadrante sul, ligando a transversal este/oeste, existe o eixo rodoviário constituído pela EN 108, que possibilita a ligação a Mesão-Frio e a Marco de Canaveses.

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE BAIÃO - REDE VIÁRIA - MAPA II



REDE VIÁRIA

-  Estradas Nacionais
-  Estradas Municipais
-  Caminhos Municipais
-  Outros Caminhos
-  Linha de Caminho de Ferro

Partindo da localização nordeste, desde a freguesia de Teixeira, encontra-se a via EN 304-3, a qual se entrecruza com a EN 101, dando acesso à ponte da Ermida, pela freguesia de Frende, facilitando a comunicação com o concelho de Resende, na margem sul do rio Douro.

O contacto entre o vale de Ovil, através do maciço central, formado pela conjunto montanhoso da serra do Castelo, e a zona compreendida pelo vale do rio Douro é feito pela Estrada Municipal (EM) 579 e 580, que estabelecem a comunicação entre Campelo e os principais aglomerados urbanos de Santa Marinha do Zêzere e de Gestaçô.